



FRATERNIDADE E DENÚNCIA COM A ENCÍCLICA "IRMÃOS TODOS", ASSINADA EM ASSIS DIANTE DO TÚMULO DO SANTO, O PAPA FRANCISCO CONFIRMA A SUA CONDIÇÃO DE ESTADISTA REFORMADOR DA IGREJA E COMBATENTE DAS INJUSTIÇAS DO MUNDO



BY_J.L.L

CartaCapital

cartacapital.com.br

EDITORIA CONFIANÇA

A DEMOLIÇÃO

SERVIDORES PÚBLICOS EXPÕEM AS PRESSÕES PARA BURLAR AS LEIS E AS PERSEGUIÇÕES IDEOLÓGICAS DO GOVERNO BOLSONARO

ANO XXVI Nº 1127 R\$ 17,90
14 DE OUTUBRO DE 2020
01127
9 771809 669002

LEIA
TAMBÉM
CARTACAPITAL
NO TABLET
E NO CELULAR

Nós
acreditamos
na sua
empresa.

E temos dicas
pra ela voltar
a crescer.



Estabeleça metas claras.

O que você quer conquistar mês a mês com seu negócio? Organize de maneira prática o que você precisa fazer para alcançar esses objetivos. Foque principalmente nas metas de vendas e nos objetivos financeiros.



Identifique oportunidades de ampliar receita.

Ampliar canais de vendas ou oferecer novos produtos ou novos serviços? Analise cenários e planeje com calma. E como a presença virtual pode ser decisiva para os negócios hoje em dia, não deixe de criar ou atualizar suas estratégias nas plataformas digitais e sociais.



Mantenha uma reserva de emergência.

Depois de organizar as contas, comece uma reserva pessoal e outra para seu negócio. O ideal é ter um valor para se manter de 3 a 6 meses, protegendo você e a empresa de algum imprevisto. Foi com essa reserva que muitas empresas enfrentaram a pandemia.

Quer mais dicas como essas?

Acesse os conteúdos exclusivos sobre como cuidar do seu dinheiro.



itau.com.br/planejamentofinanceiro



/itau



6 MINO CARTA

10 A SEMANA

13 JOSÉ SÓCRATES

Seu País

20 JUSTIÇA Kassio Nunes e a nova cara do STF

23 WALFRIDO WARDE JR.

24 SÃO PAULO Celso Russomanno quer deixar de ser o cavalo paraguaio

26 RIO DE JANEIRO Doação de Arminio Fraga abre uma crise no PSOL

28 ESTHER SOLANO

29 MARCOS COIMBRA

30 PODER As articulações para a criação de uma rede de rádio e televisão pró-Bolsonaro

Economia

32 TETO DE GASTOS O governo não se entende, o mercado e a mídia fazem terrorismo

34 ARTIGO Taxar operações de câmbio para combater a pobreza mundial

Nosso Mundo

36 CORONAVÍRUS Paris, Nova York e Madri voltam a restringir a circulação

38 THE OBSERVER Na base de Trump, a pandemia é uma conspiração

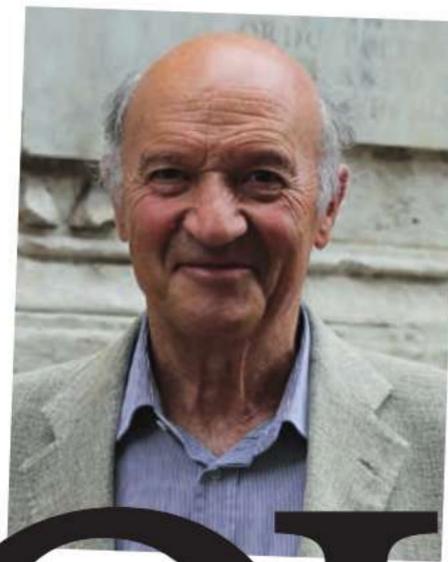
Plural

40 ENTREVISTA O sambista Monarco rememora a carreira e diz sentir falta da Velha Guarda da Portela

43 LIVRO Bruno Paes Manso dissecou as milícias

Capa: Ilustração: Pilar Velloso.
Foto: Tiziana Fabi/AFP

Aos 87 anos, Monarco não dá sopa para o azar: "Respeito o isolamento". Pág. 40



QI 45

O SUBVERSIVO DO MOMENTO

CONHEÇA A OBRA DE DOMENICO LOSURDO, CHAMADO DE STALINISTA PELOS DITOS LIBERAIS BRASILEIROS

48 AFONSIÑO

49 SAÚDE
Por Drauzio Varella

50 CHARGE
Por Venes Caitano

14

A DESTRUIÇÃO DO ESTADO
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DENUNCIAM AS PRESSÕES PARA BURLAR LEIS E NORMAS EM NOME DE INTERESSES PARTICULARES

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Carlos Drummond, Mauricio Dias e Rodrigo Martins
REPÓRTERES: André Barrocal (Brasília), Thais Reis Oliveira e Victor Calcagno
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonso, Antonio Delfim Netto, Celso Amorim, Claudio Bernabucci (Roma), Djamilia Ribeiro, Drauzio Varella, Eduardo Nunomura, Esther Solano, Gabriel Galpoldo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, José Sócrates, Jotabê Medeiros, Leneide Duarte-Plon, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Marcos Coimbra, Marília Arraes, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Alexandre Sanches, Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rogério Tuma e Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano
SECRETÁRIA: Ingrid Sabino

CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Tatiana Gerasimenko
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardeli (Justiça)
REPÓRTERES: Alexandre Putti, Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Giovanna Galvani e Victor Ohana
VÍDEO: Geórgia Pinheiro (Diretora) e Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Camila da Silva, Kaique Mattos dos Santos e Maria Luisa Bassan
SITE: www.cartacapital.com.br

EDITORIA
CONFIANÇA

EDITORA CONFIANÇA LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar.
 CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

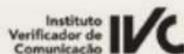
PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE CIRCULAÇÃO E NOVOS NEGÓCIOS: Demétrios Santos
GERENTE DE NEGÓCIOS: Anderson Ribeiro
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaia Alves
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda.
 Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001.
 www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Confiança Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584 De 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316 De 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: Dinap S/A - Distribuidora Nacional de Publicações, Rua Dr. Kenkiti Shimamoto, nº 1678, CEP 06045-390 - São Paulo - SP
ASSINANTES: Treelog S.A. Logística e Distribuição.



CENTRAL DE ATENDIMENTO

Assinaturas, sugestões e reclamações

São Paulo: (11) 3512-9486

Rio de Janeiro: (21) 4062-7183/

Belo Horizonte: (31) 4062-7183/

Distrito Federal: (61) 3181-0215

De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Fale Conosco www.assinantecartacapital.com.br

Edições anteriores avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS



BOLSONARO PROPÕE CORTE DE 1,4 BILHÃO DE REAIS DA EDUCAÇÃO PARA INVESTIR EM OBRAS

O governo tem sido absolutamente coerente com o que havia proposto durante a campanha eleitoral em 2018. Prometeu regressar no tempo entre 50 e 60 anos, e vai cumprindo rigorosamente o prometido. Dentre todas as formas de ignorância, a política é a mais nociva, sujeita a coletividade às barbaridades de escolhas errôneas.

João Neto Oliveira

Como ser um país que quer se desenvolver se cada vez o dinheiro para investimento fica menor?

Rafa Andrade

REVOGAÇÕES DO CONAMA TRAZEM INCERTEZA JURÍDICA E PERIGO À BIODIVERSIDADE

Enquanto não acabarem com tudo (natureza, economia, assistência social etc.), eles não estarão satisfeitos. Muito triste ver no que o Brasil está se tornando.

Nataly Silva

DEFENSORIA PÚBLICA PROCESSA MAGAZINE LUIZA POR PROGRAMA DE TRAINEE PARA NEGROS

Que absurdo. E quem pune as empresas que não contratam negros devido à aparência? Ninguém.

Zilea Marcet

A Defensoria Pública não enxerga que quem agride e desrespeita os direitos humanos não vê discriminação, mas para punir medida socialmente inclusiva ela abre os olhos?

Tania Tany

BOLSONARO DIZ QUE INDICARÁ PASTOR PARA A PRÓXIMA VAGA DO STF

O STF não é igreja, é uma suprema corte. Logo, não precisa de um pastor, mas de um jurista.

Luiz Ribeiro da Silva

“SOLITÁRIO NA QUEDA”, EDIÇÃO 1125

A reportagem menciona repasses ao escritório de Helena Witzel, que de maneira equivocada são atribuídos a pessoas ligadas a Mário Peixoto. Essas pessoas teriam contribuído com 274 mil reais, em contrapartida pela requalificação da Organização Social UNIR, que teria o empresário como sócio oculto. Peixoto não responde a nenhum processo por desvio de dinheiro público na gestão Cabral-Pezão. O MPF está há quatro meses acusando Peixoto de ser o maior operador das OSs no estado do Rio de Janeiro, mas na denúncia que apresentou ao STJ sobre a quadrilha que existe no governo Witzel na área da saúde não o inclui. Na denúncia, nenhuma OS envolvida tem qualquer relação com ele.

Assessoria de Imprensa de Mário Peixoto
 Rio de Janeiro, RJ

NOTA DA REDAÇÃO:

Os repasses suspeitos para o escritório da primeira-dama Helena Witzel somam 554 mil reais, e não 554 milhões, como foi incorretamente informado na reportagem “Solitário na queda”.

ERRATA

Ao contrário do que informa a nota “Líbelu: documentário explica origem e papel do grupo Liberdade e Luta”, a jornalista Miriam Leitão e a arquiteta Clara Ant não integravam o movimento.

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
 •Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A REBELIÃO DA REALIDADE

NA ENCÍCLICA "IRMÃOS TODOS", FRANCISCO ADVERTE SOBRE A NECESSIDADE DE POLÍTICAS A SERVIÇO DO BEM COMUM, DA REFORMA DA ONU E DA GOVERNABILIDADE GLOBAL DAS MIGRAÇÕES

por MINO CARTA

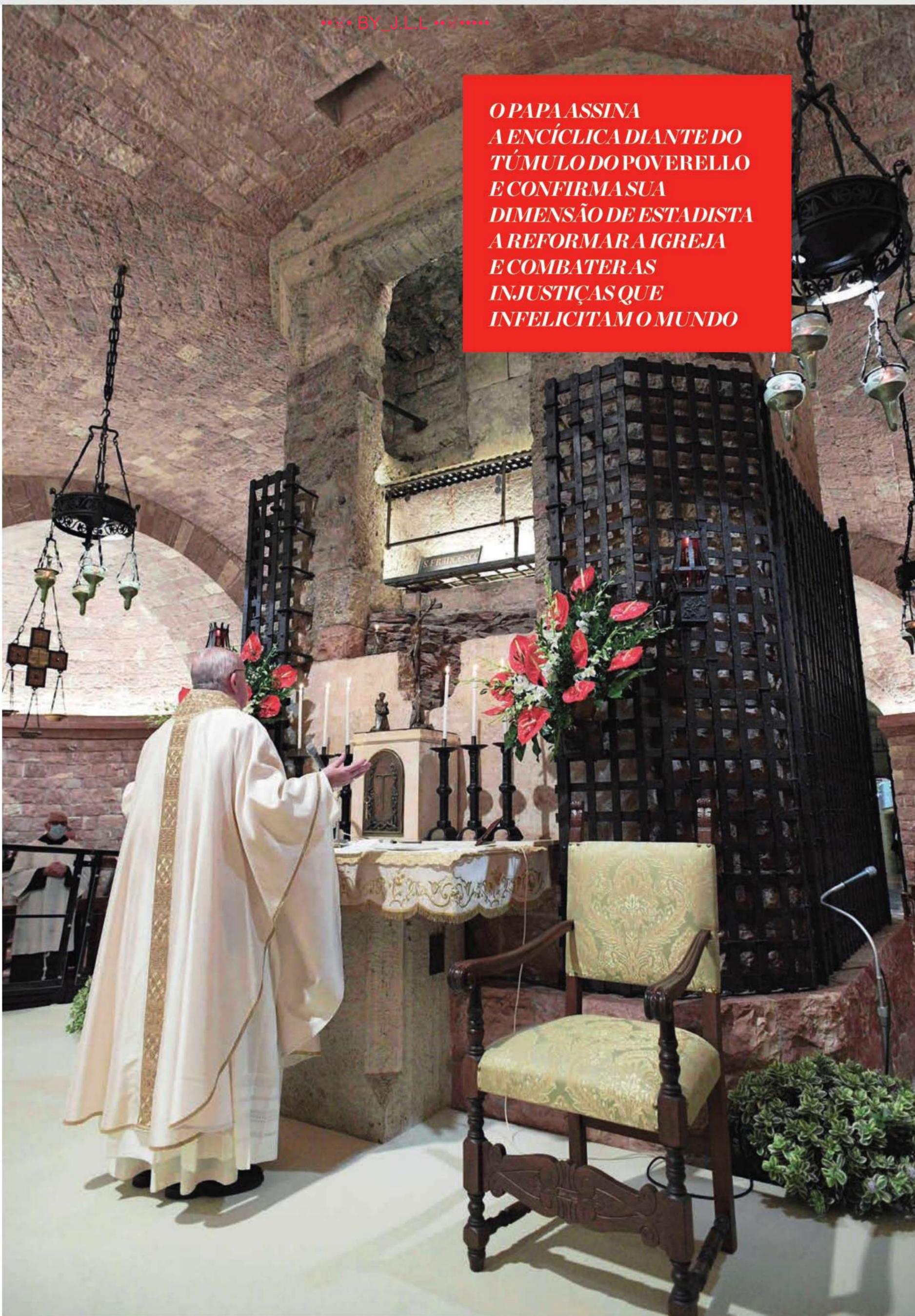
São Francisco de Assis não foi um Lutero ou um Calvino, mas o primeiro capaz de, embora de família rica, fazer uma radical opção pelos pobres, para se tornar denunciante, pelo seu simples exemplo, da lassidão moral reinante na corte papal. Giotto, contador incomparável da vida do santo, de cuja velhice foi contemporâneo, assim como foi de Dante Alighieri, em um dos quadros que contam a história de Francisco nas paredes imensas do terceiro nível da basílica de Assis, mostrou-o soerguendo nos ombros a própria Igreja, enquanto o papa de então dorme.

Francisco, Giotto, Dante: eis a própria semente da Renascença, ainda no final do século XIII e o começo do século XIV. Não há como dispensar qualquer um desses personagens. Não é por acaso que Jorge Mario Bergoglio, filho de camponeses piemonteses, escolheu para si mesmo como pontífice o nome do *Poverello* de Assis. E foi diante do túmulo do santo que Francisco, no sábado 3 de outubro, iniciou a leitura e assinou a sua encíclica "Irmãos Todos". Trata-se de um texto abrangente que analisa todos os aspectos do atual estágio da aventura humana. Lição para o mundo.



Giotto diz como o santo ergueu a Igreja com seu exemplo

**O PAPA ASSINA
A ENCÍCLICA DIANTE DO
TÚMULO DO POVERELLO
E CONFIRMA SUA
DIMENSÃO DE ESTADISTA
A REFORMAR A IGREJA
E COMBATER AS
INJUSTIÇAS QUE
INFELICITAM O MUNDO**



EDITORIAL



Na retaguarda, o primeiro estadista

Papa Francisco escolhe entre os versos da *Eneida* de Virgílio, as palavras do herói em fuga da destruição de Troia, “são as lágrimas das coisas e os eventos humanos que tocam a mente”. E acrescenta: “Se há conexão em tudo, é difícil pensar que esse desastre mundial não esteja em relação com o nosso comportamento diante da realidade”. Isso significa que não se trata de castigo divino, tampouco bastaria afirmar que o dano causado à natureza pediria uma pena para as nossas agressões. “É a mesma realidade que geme e se revolta.” A encíclica papal é, sobretudo, uma invocação ao amor entendido como o caminho profícuo da verdadeira paz. Não é o caso de imaginar que o papa tenha simpatia por Danton, Robespierre e Marat, mas ele não esconde seu apreço pelos ideais da Revolução Francesa, Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

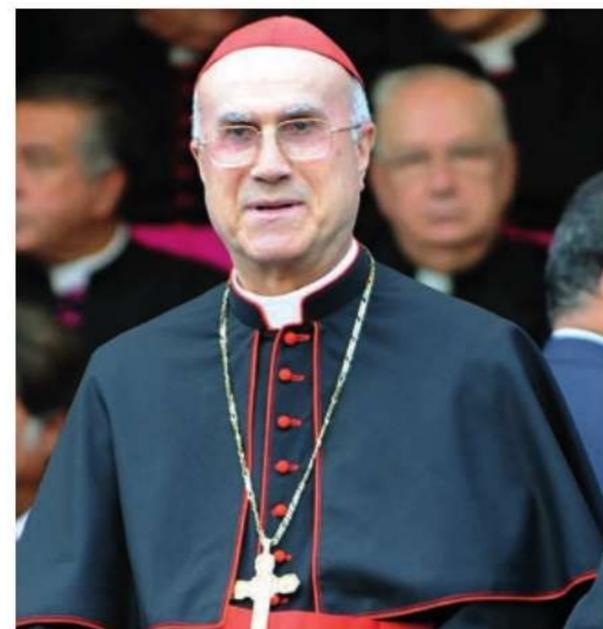
Em busca do impecável exemplo do amor ao semelhante, leva-o a evocar o bom samaritano, da parábola inesquecível do viajante capaz de perceber outro ser humano em dificuldade e imediatamente o socorre. Já dois passaram pelo mesmo lugar e seguiram em frente impassíveis, o samaritano não, movido exatamente pelo amor ao próximo. Como predecessor Francisco conta com João XXIII, de curto mandato, cuja atuação, como verdadeiro estadista, foi

a de transformar o Vaticano em um farol no meio da névoa. Durou pouco, por obra da idade avançada do papa Mercalli, substituído por Paulo VI, papa Montini, que havia sido por longo tempo secretário de Estado e deu prosseguimento às iniciativas de João XXIII.

Depois da morte até hoje misteriosa do papa João Paulo I, que ficou no trono de Pedro por apenas um mês, seguiu-se o polaco Wojtyla, pontífice claramente tolhido pela sua ideologia política a ponto de tornar-se personagem central do confronto entre os dois impérios, o soviético e o estadunidense. Este envolvimento ideológico talvez explique a origem de muitos males que Bergoglio haveria de enfrentar, a começar pela presença insuportável de uma Cúria Romana de incrível poder, além de claramente orientada para deslizes morais que há tempo ali não se verificavam. João Paulo II, além disso, é responsável pela atuação do IOR, Instituto das Obras da Religião, de verdade um banco habilitado a lavar dinheiro mafioso, com a bênção do apaniguado dodivanas Paul Marcinkus, que, aliás, João Paulo II trouxe ao Brasil por ocasião da sua primeira visita, em 1980, quando ainda vivíamos debaixo da ditadura, à qual o pontífice deu seu aval.



Wojtyla envolvido na guerra dos impérios. Para não falar de Marcinkus...

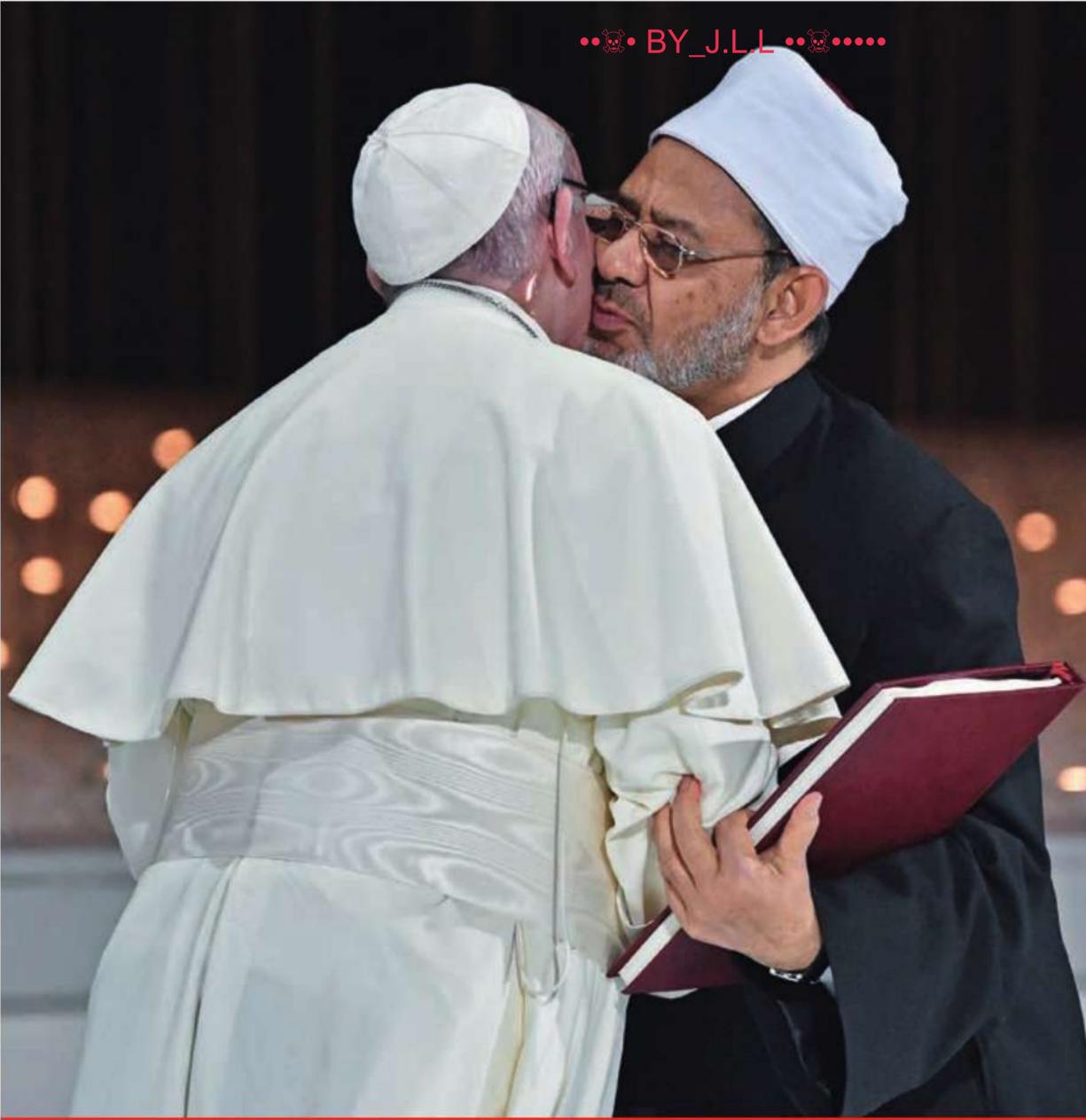


Bertone, poderoso chefe da Cúria Romana

O papa Bergoglio é, em primeiro lugar, o estadista capaz de soerguer nos ombros a Igreja de Pedro e devolvê-la à antiga severidade na compreensão do seu papel legítimo e duradouro. A encíclica, que se desdobra em oito capítulos, nasce dessas premissas que autorizam o pontífice a instruir o mundo em relação à forma dos comportamentos mais convenientes. Não sei até que ponto Francisco acredita no êxito da sua fala iluminada, mas para muitos ela serve para expressar as demandas dos homens de boa vontade. Em primeiro lugar, a encíclica acentua que os direitos não têm fronteiras, serve a ética nas relações internacionais. “Todo país é não somente dos seus habitantes, mas também do estrangeiro e os bens no seu território não podem ser negados ao imigrante. O direito natural

à propriedade privada será, portanto, secundário ao princípio do destino universal dos bens criados. Quanto às dívidas exteriores, têm de ser salgadas, desde que não comprometam o crescimento dos países mais pobres.”

Qual é a melhor política? Aquela que representa uma das fórmulas mais preciosas da caridade, porque reconhece a importância do povo. Tal é o populismo, oposto ao populismo, “a ignorar a legitimidade da noção de povo”, mas a melhor política é também aquela que tutela o



**O BEIJO DE FRANCISCO E O IMÃ DE AL-AZHAR, AHMED AL-TAYYEB, SELA EM ABU DABI
O ENTENDIMENTO DAS RELIGIÕES A FAVOR DA PAZ MUNDIAL E A FRATERNIDADE ENTRE OS FIÉIS**

trabalho, “dimensão irrenunciável da vida social”. Há uma passagem que parece dirigida a Bolsonaro. A ajuda ao pobre fica longe de ser o dinheiro, remédio provisório, e sim permitir-lhe uma vida digna por meio do trabalho. A encíclica recomenda uma política baseada na dignidade humana. “O mercado por si só não resolve”, conforme provam as “chacinas” provocadas pela especulação financeira.

Daí a relevância dos movimentos populares, verdadeiros “poetas sociais” e “torrentes de energia moral”. Deve a política, em lugar de se dirigir aos pobres, ser dos pobres. Cabe neste capítulo a proposta de uma reforma da ONU, diante do predomínio da dimensão econômica que anula o poder de cada Estado. É tarefa das Nações Unidas dar consistência ao conceito de “família de nações”. “A ONU deve promover a força do direito contra o direito da força, favorecendo acordos multilaterais para tutelar os Estados mais débeis.” O papa invoca “o milagre da gentileza,

estrela na escuridão e liberação da crueldade, da ansiedade e da urgência distraída”. Ao recomendar a paz, sublinha a conexão com a verdade, a justiça e a misericórdia. A paz é uma forma de “artesinato”, pela qual cada um tem de fazer o seu papel. Ligado à paz há o perdão, “é preciso amar todos, sem exceções, mas amar um opressor significa ajudá-lo a mudar para não lhe permitir prosseguir na opressão ao próximo. Pelo contrário, quem padece de uma injustiça deve defender com força os seus próprios direitos, de sorte a conservar a sua própria dignidade. Perdão não quer dizer impunidade, e sim justiça e memória, porque perdoar não significa esquecer, mas renunciar à força destrutiva do mal e ao desejo de vingança”.

Nunca esquecer os “horrores” como a Shoah, os bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki, as perseguições e os massacres étnicos. Uma parte do sétimo capítulo alude à guerra. Não é um fantasma do passado, “mas uma ameaça

representa a negação de todos os direitos e o fracasso da política e da humanidade”. Hoje não é possível, como já se deu, imaginar uma possível “guerra justa”. É indispensável reafirmar com força: “guerra nunca mais”. Vivemos hoje “uma terceira guerra mundial aos pedaços, pois há uma conexão entre todos os conflitos”. A eliminação total das armas nucleares é “um imperativo moral e humanitário”. Com o dinheiro investido em armas haveria a possibilidade da criação de um fundo para eliminar a fome no mundo.

Não falta o anátema contra a pena de morte, “inadmissível”. “Deve ser abolida em todo o mundo. Trata-se de não enxergar a pena como vingança, e sim como parte de um processo de tratamento e de reinserção social. É preciso melhorar as condições dos cárceres e pensar que a prisão perpétua é uma pena de morte escondida.” No oitavo e último capítulo, o papa afirma que a liberdade religiosa é um direito humano fundamental. A violência não encontra base alguma nas convicções religiosas, resulta de uma deformação, atos altamente condenáveis como aqueles do terrorismo não devem ser atribuídos à religião, mas à interpretação errada dos textos religiosos, bem como das políticas de fome, pobreza, injustiça, opressão. O caminho da paz entre as religiões, pelo contrário, é possível.

Um documento sobre a fraternidade, a favor da paz mundial e a convivência, pedra mestra do diálogo inter-religioso, foi assinado pelo próprio Francisco, em 2019, em Abu Dabi, juntamente com o Grande Imã de Al-Azhar, Ahmed Al-Tayyeb. Ao final, Francisco cita grandes figuras que lutaram pela paz global, Martin Luther King, Desmond Tutu, Mahatma Gandhi e o beato Charles de Foucauld, o irmão eterno dos pobres. Ao cabo, declaro alto e bom som, como os antigos editoriais do *Estadão*, redigidos pelos jornalistas portugueses importados para garantir o castiço, que, quando Francisco se pronuncia, eu fico em paz comigo mesmo e com o próximo. •

A Semana

“Gabinete do ódio”/ O esquema do 03

Alexandre Frota liga Eduardo Bolsonaro à propagação de *fake news*

Ninguém confia no Véio

A rede varejista Havan decidiu suspender a abertura de capital. A loja de Luciano Hang pretendia estreiar na Bolsa de Valores com um valor superior a 70 bilhões de reais, mas o mercado achou a cifra superestimada, só estava disposto a pagar entre 50 bilhões e 60 bilhões. A expectativa da empresa era captar 10 bilhões de reais e chegar aos 100 bilhões de valor de mercado, desbancando os concorrentes, à exceção do Magazine Luiza, avaliado hoje em 150 bilhões. Como os investidores consideraram o IPO caro demais, a empresa foi aconselhada a adiar a oferta. Pesaram a falta de musculatura no comércio *online*, a instabilidade no mercado e, claro, o risco associado à militância política de Hang.



Os IPs revelados por Frota levam a dois endereços do filho do presidente

Em depoimento à Polícia Federal, o deputado Alexandre Frota, do PSDB, apresentou dados coletados pela CMPI das Fake News que podem comprovar a relação direta do colega Eduardo Bolsonaro, do PSL, com o esquema de ataques virtuais a adversários políticos. A oitiva foi realizada em 29 de setembro, mas seu conteúdo só foi revelado na terça-feira 6. O parlamentar levou diversos números de IPs de computadores de Brasília e do Rio de Janeiro identificados como participantes nas

ações de difusão de notícias falsas, e alguns deles estão ligados a um *e-mail* oficial do filho “zero três” do presidente.

O rastreamento de um dos IPs leva a uma casa no Jardim Botânico, no Distrito Federal, onde Eduardo mora. Outro está relacionado a um imóvel da Avenida Pasteur, no Rio, declarado pelo deputado à Justiça Eleitoral. Aos agentes da PF, Frota acrescentou que o chamado “gabinete do ódio”, instalado no Palácio do Planalto, atuava para incitar animosidade entre as Forças Armadas, o STF e o Congresso.

PIB/ AS DÚVIDAS DO FMI

O FUNDO É OUTRO A JOGAR ÁGUA FRIA NO TRIUNFALISMO DE GUEDES

O FMI reajustou as expectativas econômicas de 2020 para o Brasil: espera que a maior economia da América Latina encolha 5,8% neste ano, menos do que a contração de 9,1% estimada anteriormente. Para 2021, o crescimento previsto é de 2,8%. O pagamento do auxílio emergencial e

outros programas, diz o relatório, evitaram uma queda mais abrupta pós-pandemia. Os riscos, contudo, permanecem “excepcionalmente altos e multifacetados” e incluem uma segunda onda da pandemia, “cicatrizes de longo prazo” de uma longa recessão e choques na confiança devido à enorme dívida

pública. Nas estimativas do FMI, a dívida brasileira encerrará o ano em torno de 100% do PIB e permanecerá em níveis semelhantes no médio prazo. A curva de juros está inclinada, com as taxas de longo prazo em níveis altos, sem caírem significativamente mesmo com a taxa Selic no menor nível da história.



Não fosse o auxílio emergencial, a tragédia seria maior

Sociedade/ **Contra a igualdade**

Defensor público questiona *trainee* para negros do Magazine Luiza

O anúncio de um programa de *trainee* só para candidatos negros pode render ao Magazine Luiza pendências na Justiça. A Defensoria Pública da União pediu que a rede varejista seja condenada a pagar 10 milhões de reais em indenização por praticar suposta discriminação na seleção exclusiva. Na peça, o defensor Jovino Bento Júnior acusa a empresa

de promover “*marketing de lacração*” com o projeto. Como então definir a ação movida pelo defensor? Não se trata, nem de longe, de um consenso na Defensoria. Em repúdio à ação, o Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais do órgão emitiu nota técnica, na qual afirma que a decisão de Bento Júnior “não reflete a missão e posição institucional da Defensoria Pública da União quanto à defesa dos direitos dos necessitados”. Desde o

seu lançamento, o programa do Magazine Luiza foi alvo de ao menos 11 denúncias ao Ministério Público do Trabalho, que concluiu não haver violação trabalhista, mas uma ação afirmativa de reparação histórica. O programa do Magazine Luiza prevê a seleção de 20 candidatos.

O programa da rede varejista prevê a contratação de 20 funcionários



Inclusão ameaçada

Uma canetada na Política Nacional de Educação Especial abriu espaço para a volta das chamadas “escolas especiais”. O decreto flexibiliza a oferta da educação. Na prática, deixa a critério dos pais escolherem se preferem matricular seus filhos em escolas ou classes comuns inclusivas, especiais ou específicas. A iniciativa, que revoltou entidades da sociedade civil, fere a Convenção da ONU para Direitos de Pessoas com Deficiência, que tem força de lei no Brasil. Parlamentares de siglas diversas articulam-se para barrá-la.

Ditadura/ **REPARAÇÃO, AINDA QUE TARDIA**

A LEI DA ANISTIA NÃO VALE PARA AÇÕES CIVIS, DECIDE O STJ

Quarenta e um anos após o ditador João Baptista Figueiredo sancionar a Lei da Anistia, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o perdão concedido a crimes políticos não vale para ações civis, que envolvem pagamento de indenização às vítimas da ditadura. Por essa razão, determinou que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região julgue novamente três delegados acusados de sequestros, torturas e

homicídios durante o regime. No entendimento do TRF-3, os agentes não poderiam mais ser responsabilizados devido à Lei da Anistia, além de alegar a prescrição de parte dos delitos. Mas o STJ afirma que o perdão vale apenas para processos criminais. Além das ações civis, eles podem sofrer sanções administrativas, como perda de cargo público ou cassação de aposentadorias. Os três acusados trabalharam no

DOI-Codi paulista: Aparecido Calandra, David dos Santos Araújo e Dirceu Gravina.

Em 2008, *CartaCapital* revelou que Gravina ainda atuava como delegado da Polícia Civil de Presidente Prudente, até ser reconhecido por uma de suas vítimas. A série de reportagens sobre a impunidade dos torturadores conquistou o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos daquele ano, na categoria “revista”.



O perdão criminal não isenta do pagamento de indenizações

A Semana

Em pé de guerra

A sangrenta disputa entre a Armênia e o Azerbaijão chega à sua terceira semana sem sinais de alívio. O controle de Nagorno-Karabakh é motivo de conflito entre os dois países desde os anos 90, mas atingiu seu ponto alto no fim de setembro. Mais de 300 soldados morreram. Em paralelo, há também uma guerra retórica entre as potências da região. A Turquia apoia o Azerbaijão e condena abertamente o cessar-fogo. A Armênia conta com a guarida da Síria. O presidente Bashar al-Assad, cujo governo tem lutado contra as tropas apoiadas pela Turquia no nordeste da Síria, acusou os turcos de serem “os principais instigadores e iniciadores” do recente conflito.

Colômbia/ Violência sem limites

Massacres e abusos policiais colocam o governo Duque nas cordas

Dois anos após Iván Duque assumir a Presidência da Colômbia, as chacinas no país atingiram o maior número desde 2013. Foram ao menos 260 mortos em 65 episódios, segundo dados compilados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz. A Organização das Nações Unidas, por sua vez, contabilizou 42 massacres desde o início do ano. “Esses crimes ocorrem principalmente em áreas de pobreza, nas quais o

Estado tem pouca presença e onde reinam a economia ilegal e as disputas entre grupos armados ilícitos e organizações criminosas”, atesta o relatório divulgado pela ONU na quinta-feira 1º.

A crise na segurança pública estremece as bases do governo colombiano, eleito com a promessa de reduzir os índices de violência. O governo colombiano credita o surto de chacinas à atuação de narcotraficantes em territórios antes ocupados pelos guerrilheiros das

Farc. Mas a população está cansada dos abusos cometidos pela polícia e por soldados do Exército. No início de setembro, uma agressiva abordagem policial contra um advogado gerou uma revolta nas ruas de Bogotá. Durante os protestos, ao menos dez manifestantes morreram e 360 ficaram feridos.



A ONU registrou 42 chacinas no país desde o início do ano



Milhares de manifestantes acompanharam o julgamento

Grécia/ NEONAZISTAS NA ILEGALIDADE

JUSTIÇA CONSIDERA O AURORA DOURADA UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Na quarta-feira 7, o Tribunal Penal de Atenas considerou o partido neonazista Aurora Dourada uma organização criminosa e determinou o banimento da legenda, que chegou a ser a terceira maior força política da Grécia. A histórica decisão deu-se no âmbito de um processo relacionado a um assassinato e duas tentativas de homicídio. Composta de três juízes, a corte entendeu que a

entidade foi responsável por uma série de ataques motivados por xenofobia e contra a esquerda, incluindo a morte do rapper Pavlos Fyssas. O integrante do movimento que o esfaqueou, Giorgos Roupakias, também foi considerado culpado de homicídio

Criado na década de 1980 por um ex-integrante do Exército grego, Nikos Mihaloliakos, o partido

neonazista fortaleceu-se em meio à crise financeira de 2012, quando amealhou 7% dos votos e elegeu duas dezenas de deputados. Em 2015, o Aurora Dourada conseguiu eleger a terceira maior bancada do Parlamento. Depois, a legenda perdeu força e, no ano passado, não conseguiu eleger um único deputado. Agonizou muito antes de ser definitivamente atirada para a ilegalidade.

JOSÉ SÓCRATES



Trump, Biden e um filme

► **A questão não é se o primeiro debate nos EUA foi o pior da história. Mas a participação nele do pior presidente de todos os tempos**

Não estou nada de acordo com a ideia de que o recente debate presidencial dos EUA tenha sido o pior debate da história. Não confundamos as coisas. O problema dos Estados Unidos não foi o debate, mas o seu presidente. A equivalência moral entre os dois candidatos é profundamente injusta para Joe Biden. Quem viu o debate pôde ver a diferença. A diferença entre um político decente e até afável e um político grosseiro e desesperado, capaz das maiores ignomínias contra o adversário. Só um escroque é capaz de, num debate eleitoral, fazer referência ao episódio de tóxico-dependência do filho do seu opositor. Para uma família que passou por tantas tragédias pessoais como foi o caso da de Joe Biden, esse ataque sórdido mostrou o caráter do atual presidente. Não, não foi o pior debate de todos os tempos, ele é que é o pior presidente da história.

Acabado o debate, vi o filme *Coastal Elites* e o meu humor mudou. Lembrei-me imediatamente do que um amigo norte-americano costumava dizer-me sobre o seu país: podemos acreditar em tudo o que ouvimos falar sobre os Estados Unidos porque o contrário também é verdadeiro. Pois ali está tudo aquilo que gosto nos norte-americanos, tudo aquilo de que tinha saudades e tudo aquilo a que, na linguagem geopolítica, se chama hoje de *soft power*, ou seja, o poder da atração cultural – o talento, a inteligência e, principalmente,

o engajamento intelectual e político das elites do cinema e da escrita.

É um filme que poderíamos dizer de intervenção política, feito para o momento e realizado com o espírito do tempo. São apenas cinco monólogos, cinco atores que falam com a câmara. Um filme de quarentena – nem contato social, nem diálogo, nem público. São só eles, os atores, e nós, como se estivéssemos a falar pelo *zoom*. Mais ninguém. Temos a professora judia de Nova York, o ator homossexual que conversa com o psicanalista, a jovem negra e rica que foi colega de Ivanka no colégio, a apresentadora de vídeos de meditação que decide sair de Vermont para ir passar a quarentena na sua terra natal e, finalmente, a enfermeira do Wyoming que decidiu vir ajudar os seus colegas em Nova York durante a pandemia. Cinco pequenos episódios. Depois de os ver, ficamos a pensar que, se Trump ganhar, não terá sido por falta de comprometimento político das suas elites. Ao contrário do Brasil, estas não se demitem, estas não têm medo, estas não pensam no seu mercado de espetáculo. Simplesmente combatem – “Eu sou o muro”, diz Miriam (Bette Midler).

Não quero contar o filme, quero apenas recomendá-lo. Mas não resisto a vos contar uma das cenas. Quando a professora de meditação decide regressar a Vermont, porque não consegue aguentar mais a família e a sua crença cega nas extraordinárias qualidades do presidente, o seu pai, empreiteiro e veterano de guerra, decide contar-lhe uma coisa que não contou a ninguém e que não quer que ninguém saiba, mas que tem de dizer a alguém – ele não votará em Trump. Não é pela questão da Rússia, diz ele, ou do *impeachment*, ou de Charlottesville, ou das mulheres, mas por causa de John McCain. Sim, ele aguentou tudo, mas isso não. McCain combateu pelo seu país, foi prisioneiro de guerra, foi

torturado e, depois de falecido, o presidente continuou a falar mal dele. De tal forma que, quando discursou num navio que tinha o nome dele, mandou colocar uma faixa para que o nome não aparecesse. Isso não. Essa indignidade, não. Essa ele não pode suportar.

A questão de McCain também me sensibiliza particularmente. Na eleição em que foi candidato contra Obama, todos celebramos a vitória deste último. Para quem passou a juventude acompanhando a batalha dos direitos civis na América, a vitória de Obama era também a nossa vitória. Finalmente, a América tinha um presidente negro. Na manhã seguinte, quando ouvi os dois discursos – o de quem ganhou e o de quem perdeu – aquele que mais me impressionou foi, no entanto, o discurso de concessão de John McCain. “O que o senador Obama conseguiu fazer hoje, inspirando as esperanças de tantos milhões de americanos que outrora acreditaram erroneamente que tinham pouco em jogo ou pouca influência na eleição de um presidente americano, é algo que admiro profundamente e o elogio por tê-lo alcançado.” Aqui está o melhor da retórica norte-americana. Aqui está um gesto de nobreza política, tão rara nos dias de hoje. Aqui está um leal adversário e um tipo decente que, no fim da luta, não apenas cumprimenta o seu opositor, mas, sentindo “elevar-se o rumor da história”, presta homenagem ao que acaba de presenciar. Eis tudo o que os Estados Unidos precisam recuperar. Decência. Ninguém melhor que os brasileiros para perceber o que quero dizer. E, agora que muitos se entregam à especulação sobre qual vai ser o resultado, deixem-me dar-vos o meu palpite: o tipo vai ser corrido. E por larga margem. E o estrondo da derrota vai ouvir-se longe, em particular, por razões que não preciso explicar, aí no Brasil. •

redacao@cartacapital.com.br

REPORTAGEM DE CAPA



Bolsonaro e Guedes
planejam um Estado
miliciano

MANUA DO ASSEDI

O GOVERNO USA FILTRO IDEOLÓGICO, CENSURA PRÉVIA,
PUNIÇÕES A SINDICATOS E AGITAÇÃO DE SEGUIDORES
FANÁTICOS PARA PERSEGUIR FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
QUE SE DEDICAM A CUMPRIR AS LEIS

por CARLOS DRUMMOND

Os funcionários públicos, exceto alguns poucos marajás que sempre mantêm os seus privilégios, vivem sob uma pressão sem precedentes comandada pelo presidente da República. O assédio moral sempre existiu, mas sob Jair Bolsonaro aumentou, agravou-se e parece institucionalizar-se como uma política de governo, mostram depoimentos, documentos e publicações aos quais *CartaCapital* teve acesso. Quanto mais honesto e determinado a cumprir a Constituição e as leis, mais o servidor estará sujeito a ameaças, censura, afastamento de função, constrangimentos, remoções, desqualificações e outras violências que hoje sobrecarregam os departamentos jurídicos dos sindicatos e associações de trabalhadores do setor público. As justificativas mais comuns das punições nos governos anteriores, de inadequação ao cargo ou alguma pendência na Justiça, foram substituídas por um motivo vago repetido por todos os chefes: “Conveniência e oportunidade”.

A pressão é redobrada sobre aqueles vinculados às áreas de maior importância político-ideológica para o bolsonarismo, como a Saúde, o Meio Ambiente, o Itamaraty e a Funai, não raro com a participação ativa e às vezes determinante do famigerado “gabinete do ódio” instalado no Palácio do Planalto. O aumento da presença de militares nas organizações civis do Estado é outro constrangimento para os funcionários. Uma nota técnica baixada em julho pela Corregedoria-Geral da União, a de número 1556, prevê a punição dos servidores que se manifestarem na internet de modo considerado desleal ao governo. Um dossiê produzido em sigilo pelo Ministério da Justiça com fotos e endereços de funcionários federais e estaduais integrantes do “movimento antifascismo” foi descoberto no mês seguinte e abortado pelo STF. As perseguições aumentam em todos os níveis de governo e mostram em alguns casos conexão preocupante com a

captura do Estado por empresas privadas envolvidas em corrupção.

O assédio moral consiste em relações abusivas no ambiente de trabalho entre colegas ou entre chefes e seus subordinados. O assédio institucional parte do governo e incide sobre as instituições, suas áreas técnicas e seus funcionários. “O assédio sempre existiu no setor público, mas ganhou escala, método e funcionalidade inusitada sob Bolsonaro e tornou-se parte integrante das práticas cotidianas deste governo direcionadas à desconstrução do Estado. Neste sentido ele pode ser considerado um método de governo, cuja escala ampliada de situações demonstra que deixou de ser algo esporádico ou acidental,



Salles avança no desmonte das estruturas de controle do Meio Ambiente

**AS PERSEGUIÇÕES
AUMENTAM EM
TODOS OS NÍVEIS
DE GOVERNO
E MOSTRAM
CONEXÃO COM
OS INTERESSES DE
EMPRESAS PRIVADAS
ENVOLVIDAS
EM CORRUPÇÃO**

como no passado, para se tornar algo patológico, uma prática intencional com objetivos claramente definidos”, dispara José Celso Cardoso Júnior, pesquisador e presidente da Associação dos Funcionários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a Afipea. Os objetivos, diz, são desorganizar a atuação estatal para reorientá-la segundo os interesses do mercado, deslegitimar as políticas públicas estabelecidas pela Constituição de 1988 e desqualificar os funcionários públicos, em especial os estatutários, sob o regime jurídico único instituído pela Carta Magna.

A Casa Civil faz o filtro político dos nomes indicados por ministros e responsáveis por órgãos ou autarquias com base na postura dos candidatos nas redes sociais, em manifestações políticas e ligações com sindicatos e movimentos das categorias e dá a palavra final. Esse trabalho do órgão veio a público, um ano atrás, com a rumorosa exoneração do diplomata Audo Araújo Faleiro, dois dias depois da sua nomeação pelo ministro Ernesto Araújo, das Relações Exteriores, para o cargo de chefe da divisão encarregada da Europa Ocidental. A reversão da decisão do ministro ocorreu um dia após ataque do *site* O Antagonista e da rede de apoiadores de Jair Bolsonaro a Faleiro, por ele ter trabalhado em governos do PT. Procurado por esta revista, Faleiro disse que continuará sem se manifestar sobre o episódio. Há vários casos semelhantes de diplomatas destituídos de posições relevantes e “colocados na geladeira”.

A primazia do filtro ideológico sobre critérios técnicos e de idoneidade é absoluta, mostra o caso chocante do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, condenado pela Justiça por violar aquilo que deveria defender e empenhado em recorrentes desvios de função, mas confirmado inúmeras vezes no cargo por Bolsonaro.

Não se passa um dia sem denúncia de assédio. Na quarta-feira 30, foram exonerados seis auditores de controle interno efetivos da Controladoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro que trabalhavam no sistema de controle interno da Secretaria

REPORTAGEM DE CAPA

O Exército envia lotes de cloroquina às aldeias indígenas e obriga os nativos a tomar um remédio ineficaz no combate ao coronavírus

de Saúde. Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle e da federação da categoria, Rudinei Marques, eles investigavam possíveis desvios de recursos destinados aos hospitais de campanha. “O gestor tem poderes legais para isso, mas exonerar de uma hora para outra, sem maiores explicações, a equipe toda que está desempenhando com rigor as suas atribuições é algo estranho. Os servidores da CGE estão muito preocupados com o clima de terror que se implantou com a saída do governador e não têm certeza se os novos gestores vieram para fazer a coisa certa ou para acobertar os desvios que estão ocorrendo e que foram divulgados pela mídia”, ressalta. Os profissionais exonerados, acrescenta, atuavam na investigação da contratação de Organizações Sociais para construção e gestão dos hospitais de campanha. “A equipe descomissionada não estava deixando barato os desvios que encontravam”, sublinha Marques.

No começo do mês, Bolsonaro assinou a Medida Provisória 1005 que autoriza a Funai a pagar diárias a servidores públicos e militares para atuar “na proteção de barreiras sanitárias” no contorno das reservas indígenas. A MP favorece o aparelhamento da fundação pelas Forças Armadas, que ocupam cada vez mais espaço na máquina, da Casa Civil à área de Cultura. As regras são a pressão mais drástica até agora sobre os quadros da Funai e têm efeitos deletérios sobre os próprios índios, disse um funcionário, proibido de dar declarações por instrução normativa.

O repertório do assédio institucional inclui a censura a publicações oficiais, não importa o quanto estejam respaldadas pela lei. “Começam a acontecer com



frequência situações de silenciamento e de impedimento de manifestação ou publicação de materiais decorrentes do próprio trabalho de uma área técnica ou órgão”, denuncia Débora Verdi, coordenadora de Estudos, Pesquisas e Qualificação da Carreira da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Andeps), que congrega analistas técnicos de políticas sociais. Dois

“HÁ UM CLIMA DE PERSEGUIÇÃO A QUALQUER AÇÃO POLÍTICA QUE VÁ CONTRA AS FANTASIAS E IDEOLOGIAS” DE BOLSONARO, DIZ UM SERVIDOR

coordenadores foram demitidos em junho pelo ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, o mesmo que autorizou o embarque da controversa cloroquina para os índios, após publicarem documento que se limita a aplicar a legislação sobre a saúde reprodutiva do homem e da mulher com o objetivo de “reduzir a gravidez não planejada e eliminar a violência contra a mulher” durante a pandemia. Bolsonaro, em mensagem dirigida aos seus apoiadores nas redes sociais, identificou no documento uma tentativa de legalização do aborto. Outros dois funcionários foram exonerados por Pazuello no mês passado pela publicação de uma portaria que inclui a Covid-19 na relação de doenças passíveis de contrair no trabalho ou no transporte para o trabalho. A medida facilitaria a obtenção de benefícios como o auxílio-doença por trabalhadores de setores essenciais afastados das atividades em consequência da pandemia. O STF reconheceu mais tarde a pertinência da inclusão



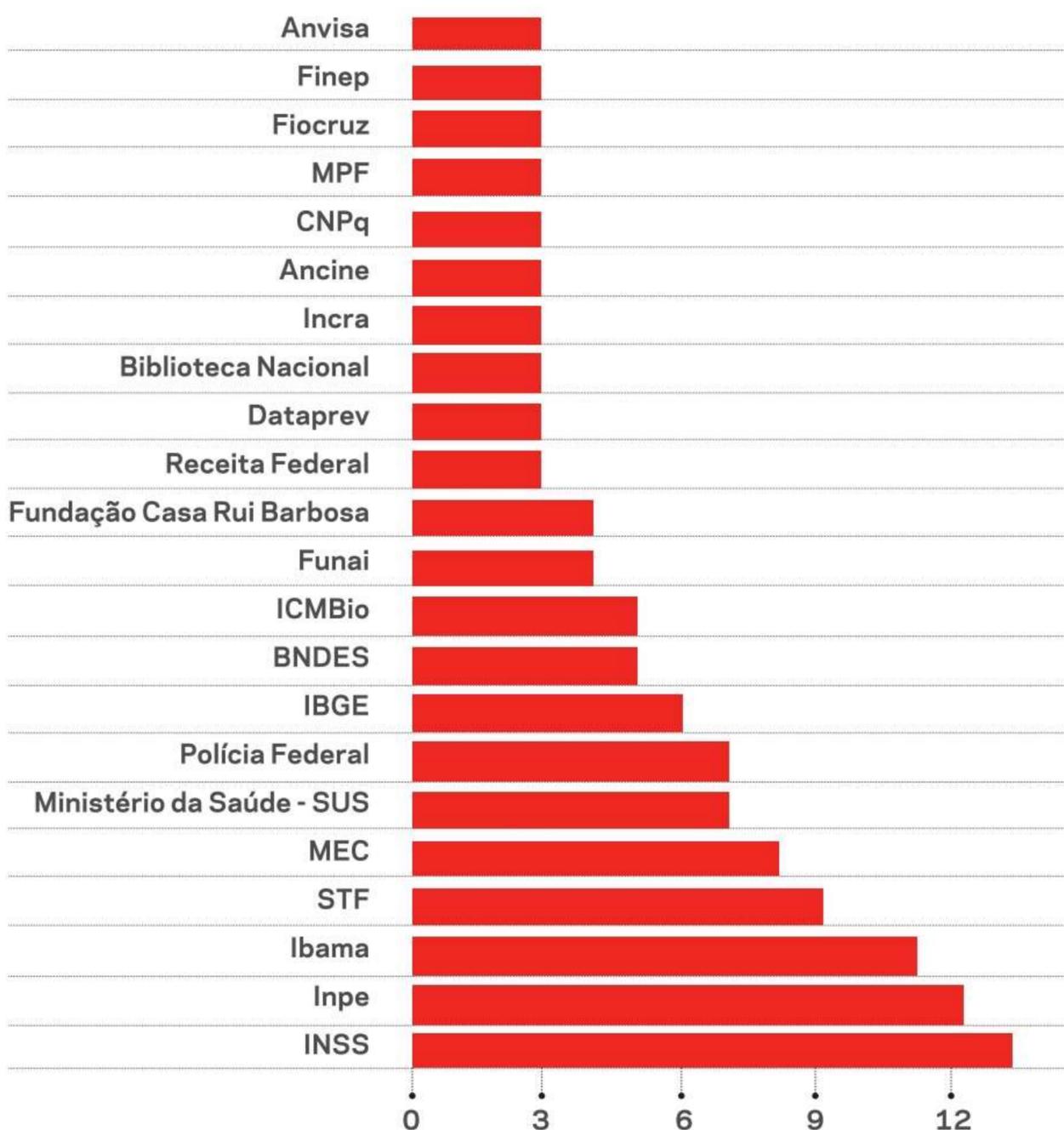
Débora Verdi, Cardoso Jr. e Marques relatam os efeitos deletérios e ampliados da guerra contra os servidores. Nunca se viu nada igual

indicada pelos funcionários do Ministério da Saúde exonerados.

“Há um clima de perseguição a qualquer ação política que vá contra as fantasias e ideologias do presidente da República, uma inspiração obscurantista anticidência que faz com que as políticas do Ministério da Saúde que levaram décadas para se consolidar, a exemplo do SUS, sejam atacadas, desmontadas, ou morram de inanição”, fulmina um funcionário que pediu para não ter o nome mencionado.

OS MAIS PRESSIONADOS PELO GOVERNO BOLSONARO

Casos de assédio institucional por órgão ou agência, 2019-2020



Fonte: Associação dos Funcionários do Ipea

A pressão e a perseguição frequentes levaram a Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais a elaborar uma cartilha. Na base da intensificação das práticas de assédio institucional, ensina o livreto, está a crise da democracia e da norma institucional em vigor desde a Constituição de 1988. As consequências disso são, entre outras, a desarticulação e desorganização institucional, a fragilização da gestão e da prestação de serviços e a descontinuidade da ação pública.

O ataque aos sindicatos e às associações de funcionários aumentou e constitui parte essencial do assédio. O Banco do Brasil abriu um processo disciplinar contra a representante sindical de base Thais Menezes por denunciar as “péssimas condições de trabalho em meio à pandemia” no Complexo Verbo Divino, em São Paulo. A Petrobras fez advertência ao diretor do sindicato dos petroleiros em São José dos Campos, Rafael Látaro, por usar máscara com a inscrição “Fora Bolsonaro”. As duas punições ocorreram nos últimos dias. Em um caso simbólico, a direção do BNDES elaborou há cerca de um mês proposta para a negociação com os empregados que suprimia a cláusula de condicionamento das demissões a processo administrativo com direito a ampla defesa, impedia

REPORTAGEM DE CAPA

a associação dos funcionários de convocar reuniões, ter diretores liberados para exercer a função de representação dos funcionários, acessar informações, usar o auditório do banco e descontar a mensalidade na folha de pagamento.

A motivação política das perseguições é ocultada sob o eufemismo “conveniência e oportunidade”, mostra o relato a seguir. “Fui indicado pelos meus superiores diretos para ocupar um cargo técnico de coordenação com influência política que beira zero. Demoraram muito a responder e, quando veio a decisão, era um registro alegando ‘falta de conveniência e oportunidade’, figura bem genérica do direito administrativo, mas não informava o que era. Os meus superiores disseram que era por eu ser filiado a partido político de esquerda. Eles não tiveram como prosseguir com a nomeação. O único registro que existe não me foi apresentado de modo formal, apenas mostrado. No meu entendimento, eles tinham no mínimo que assumir, porque fica parecendo que foi por falta de competência técnica ou de idoneidade”, protesta um servidor, sob a condição de permanecer anônimo.

A justificativa padronizada é um mantra do assédio institucional. “Identificamos na carreira de gestores governamentais uma quantidade significativa de casos em que a nomeação é barrada por critérios de ‘conveniência e oportunidade’”, alerta Pedro Pontual, presidente da Associação Nacional de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Todos os nomes, descreve, são submetidos previamente a uma pesquisa. O levantamento habitual abrangia antecedentes criminais, processos judiciais pendentes e uma análise da compatibilidade entre o currículo do candidato e os requisitos do cargo, mas isso ficou em segundo plano. Há uma avaliação das ideias expressas pelo funcionário em redes sociais e, quando se encontra algo considerado ideológico,

As queimadas no Pantanal expõem ao mundo o descaso com o meio ambiente. Até o agronegócio paga a conta da irresponsabilidade

informa-se que o nome foi vetado por questões de conveniência e oportunidade.

O principal impacto imediato do assédio institucional, diz, é desencorajar as visões críticas e ponderações e uniformizar os pontos de vista que subsidiam a tomada de decisão. Isso contraria o interesse público por resultar em iniciativas mal discutidas que com frequência prejudicam a sociedade, exigem reformulações e desperdiçam dinheiro público.

“Quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem poder sobre os concursos, os chama de parasitas, ou de

inimigos, não só os ofende, como revela-se o oposto da liderança que incentiva e estimula. A imagem que se passa é que os servidores são indesejáveis, são um problema, e isso em si é muito desmotivador”, destaca Pontual. “O governo deveria fazer uma análise comparativa aprofundada dos outros países, pedir informações às embaixadas sobre como funciona o serviço civil na América do Norte, na Europa, na Coreia do Sul e no Japão, mas preferiu recorrer a informações rasas de resumos de relatórios do FMI e da OCDE e acha que com isso sabe tudo para fazer uma reforma desse porte e dessa magnitude. Não dá, não pode ser assim.”

Não há área a salvo dos monitoramentos, do filtro ideológico e dos dossiês.



Nas universidades, o principal problema é a nomeação de reitores que não foram os mais votados pela comunidade acadêmica nas consultas públicas, destaca Eblin Farage, secretária-geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. “O mais votado deveria ser empossado. Há indicados que sequer passaram pelo pleito na comunidade acadêmica, seus nomes apareceram só no conselho universitário. São 12 instituições com reitores que não são os primeiros nomes da lista tríplice e em duas delas os ocupantes do cargo são de outras instituições. É preocupante, pois reitores impostos pressionam toda a estrutura democrática da universidade”, alerta Farage. A maior parte das universidades com gestores escolhidos pelo governo, afirma, implantou o ensino remoto sem diálogo com a comunidade acadêmica, portanto, sem verificar a possibilidade de professores e alunos terem acesso ao ensino. O que se vê em várias instituições é “a absoluta exclusão do aluno do processo”.

A autoexclusão do debate público parece ser a forma assumida pelo assédio institucional no caso do Instituto de



O petroleiro Látaro, perseguido na Petrobras por seu posicionamento político

O ASSÉDIO DESORGANIZA OS MINISTÉRIOS E AUTARQUIAS E REDUZ AINDA MAIS A EFICIÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO

Pesquisa Econômica Aplicada, sugere a análise a seguir, do pesquisador e vice-presidente da Associação dos Funcionários do Ipea, Fernando Gaiger. “Como todas as diretorias começam a endurecer e o cenário é sombrio, a autocensura aumenta. Os funcionários ficam com muito medo de botar a cara para fora. O problema maior é que você cala o órgão. O Ipea tinha participação no debate econômico nos últimos anos, mas não tem falado. Não há uma entrevista do presidente sobre isso. Temos pouquíssimos trabalhos públicos, há tempo. Isso é uma forma de assediar, de dar um sinal. Pode ser até que em termos de assédio o Ipea não tenha ainda saído da curva, as perseguições não começaram hoje. Mas há uma cultura deliberada, que piorou agora, de diminuir a participação da instituição no debate público. Jornalistas desistem de falar com o Ipea e a gente fica de fora do debate público, o que é péssimo para a instituição. Temos especialistas de primeiro time para falar sobre todo e qualquer assunto. Dada a estabilidade do setor público, ele pode dizer inclusive que o rei está nu. Isso é bom para a democracia, o Estado, as políticas, para tudo. É o nosso papel. Cabe perguntar por que o Ipea está tão silente.”

As consequências negativas do assédio institucional são de grandes proporções. Há cargos vagos em quase todas as áreas, em quantidade acima da média das administrações anteriores. As causas incluem, segundo várias análises, desde uma base insuficiente de apoiadores do governo experientes em políticas públicas que possa ser acionada para ocupar cargos de confiança, até uma falta de projeto que atraia candidatos dispostos a assumi-los. Pesam ainda o receio e a contrariedade de servidores de ocupar cargos em um governo tão instável e manifestamente contrário ao serviço e às políticas públicas em muitas áreas. •



Nas universidades, Bolsonaro escolhe reitores alinhados com a guerra cultural

O funeral da Lava Jato

JUDICIÁRIO A escolha de Bolsonaro para o Supremo Tribunal é uma derrota de Moro e companhia e um triunfo do “acordão”

POR ANDRÉ BARROCAL

Michel Temer assumiu o poder em maio de 2016 e logo se soube que Romero Jucá, seu ministro do Planejamento, fora gravado a dizer que o emedebista era a saída para “estancar a sangria” da política provocada pela Operação Lava Jato. O *impeachment* de Dilma Rousseff seria o primeiro ato de um acordo “com o Supremo, com tudo”. Temer não matou o lavajatismo, quase foi morto por ele em 2017. O enterro cabe ao seu sucessor, eleito irmanado a lavajatistas e que até levou Sérgio Moro para o time. “Eu não quero acabar com a Lava Jato, eu acabei com a Lava Jato. Porque não tem mais corrupção no governo”, afirmou Jair Bolsonaro na quarta-feira 7.

Cinismo didático. Na véspera, o encarecido Renan Calheiros, senador que mantém certa distância do governo, havia dito, na CNN Brasil, que Bolsonaro pode deixar “um grande legado, que é o desmonte desse Estado policialesco”. Um “desmonte”, prosseguiu, que inclui a escolha de Augusto Aras para procurador-geral da República, a saída de Moro do governo e, agora, a indicação de Kassio Nunes Marques, desde 2011 no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para o Supremo Tribunal Federal.

Piauiense de 48 anos, Marques será sabatinado na quarta-feira 21 pelo Senado, a quem cabe aprová-lo ou não para o

Supremo. Tende a passar. O senador Ciro Nogueira, presidente do PP, principal partido governista e do “Centrão”, é só elogios para o conterrâneo. Da oposição não se ouvem queixas. Na resistência, só a bancada Muda Senado, lavajatista e pró-Moro. Este estrilou no Twitter: qual o compromisso de Marques contra a corrupção? Para o ex-juiz, vemos “a volta da corrupção” e “o triunfo da velha política” pelas mãos de alguém (Bolsonaro) que se transforma “em uma criatura do pântano pelo poder”.

Duas palavras explicam a bronca de Moro e a escolha de Bolsonaro: ativismo



Amizade. Bolsonaro e Toffoli

judicial. A senadores, Marques diz-se contra esse ativismo. Em temas criminais, tal visão faz dele um “garantista”, corrente do Direito que aponta abusos da Lava Jato. Bom para político na mira. A mesma visão faz de Marques antipático à ideia de o Supremo decidir se libera o aborto e a maconha, na falta de leis votadas em um Congresso conservador. Graças a Celso de Mello, que Marques substituirá, o tribunal decidiu, por exemplo, que homofobia é crime. É como se Bolsonaro tivesse feito uma troca. Engole um garantista e ganha um aliado contra o ativismo nos costumes.

E em casos econômicos, como Marques se portará? O atual Supremo é o que a filósofa americana Nancy Fraser chamaria de “neoliberal progressista”. Num dia, 1º de outubro, aprovou a privatização de estatais espartejadas. No outro, 2 de outubro, uma cota financeira e de tervê para candidatos negros. Maus presságios: no TRF1, Marques colecionou decisões pró-ruralistas.

Bolsonaro foi levado na marra a um garantista. Obra do telhado de vidro de seu clã e de uma ala do Supremo afinada com políticos. Dias Toffoli, chefe da corte até setembro, abriu o inquérito das milícias digitais capaz de abastecer a cassação da chapa de Bolsonaro. Guru de Toffoli, Gilmar Mendes cuida dos recursos que chegam no caso das “rachadinhas” de Flávio

TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO

pág. 24

Eleições. Eterno candidato, Russomanno quer superar a imagem de cavalo paraguaio

**Missão.** Marques foi escalado para conter o ativismo judicial nos costumes

O ex-capitão viu-se obrigado a reforçar a “ala garantista” do STF para proteger a família e os amigos

Bolsonaro. Não é por acaso que a dupla foi a primeira a ser avisada pelo presidente da escolha de Marques, em um jantar na casa de Mendes. Dias depois, o ex-capitão foi à de Toffoli, comer *pizza* e ver o jogo do Palmeiras, o time de ambos. Despudor total.

Luiz Fux, presidente do Supremo, melindrou-se por não ter sido ouvido por Bolsonaro. Queria o quê? Lavajatista, mantém-se longe do presidente, e este se resignou. Para dar fôlego à operação, levou de surpresa uma proposta aos colegas, horas antes de Bolsonaro anunciar a morte da Lava Jato. O plenário da corte deveria voltar a decidir processos de deputados, senadores e ministros. Desde 2014, no embalo da Lava Jato e da maratona do “mensalão”, esses julgamentos cabiam às duas turmas. A delegação desafogou o plenário. Mas, com a abolição do foro privilegiado em 2018, ele ficou mais folgado.

A proposta vingou. Agora parlamentares e ministros ficarão expostos à luz do plenário, não mais no escurinho das turmas. Casos de Ciro Nogueira, do deputado tucano Aécio Neves e do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra, do MDB. Para a alegada suspeição de Moro nos processos contra Lula, nada muda. É um recurso, não um processo nascido no Supremo em razão de foro. Será decidida na 2ª turma, à qual Marques deverá se juntar. Ele, Mendes e Ricardo Lewandowski deverão decretar a suspeição, contra Edson

Seu País

Fachin e Carmen Lúcia, e, assim, devolver os direitos políticos ao petista.

Alheio a isso tudo, o bolsonarismo radical revoltou-se com a escolha de Bolsonaro. Para esse pessoal, o “mito” está irreconhecível, é traidor. Os motivos? Marques seria “petista”, por ter sido nomeado para tribunais por Lula e Dilma e por não ter se oposto, como juiz, à permanência do terrorista italiano Cesare Battisti por um tempo no Brasil. É querido pelo “Centrão”. E não é conservador em usos e costumes. Entre os zangados, Olavo de Carvalho, o guru do hospício, a deputada estadual paulista Janaina Paschoal, a do *impeachment* de Dilma, Luiz Phillipe de Orleans e Bragança, o deputado dito príncipe, Allan dos Santos, blogueiro, e Sara Geromini, ativista de extrema-direita.

A dissertação de mestrado em Direito de Marques apavorou Janaina. É de 2015, defendida na Universidade Autónoma de Lisboa. Marques cita o filósofo americano Ronald Dworkin, ideólogo do ativismo judicial em temas comportamentais, morto em 2013. O aborto seria um caso para ativismo, tema que Marques diz encarar como questão de saúde

Com a indicação de Kassio Marques, a ala evangélica do bolsonarismo rachou

pública (para o bolsonarismo, é de dogma religioso). Desde 2017, o Supremo tem uma ação do PSOL que pede para o aborto não ser considerado crime.

A dissertação contém trechos idênticos aos de artigos de outro advogado piauiense, Saul Tourinho Leal. Plágio? Marques nega. Seriam propósitos opostos. Ele é pela contenção judicial e Leal, pelo ativismo. E a coincidência de trechos? Troca de figurinha com o conterrâneo, diz.

Há mais rolo no currículo. O juiz aponta “pós-graduação” em Contratação Pública na Universidade de La Coruña, na Espanha. A instituição disse ao *Estado de S. Paulo* não ter esse curso. Após de Marques foi um curso de cinco dias, em 2014, do qual participou como ouvinte. Ao líder

da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues, disse que houve problema na tradução do termo espanhol “pósgrado”, literalmente “pós-graduação”.

Os senões de CV não parecem que implodirão a indicação de Marques, como ocorreu com a tentativa de Bolsonaro de nomear Carlos Alberto Decotelli ministro da Educação. Abraham Weintraub, a quem Decotelli sucederia, e o irmão Arthur, assessor especial do presidente, conversaram com Marques nos últimos dias. Bolsonaristas radicais queriam entender a escolha do presidente. O juiz teria se comprometido: nada de ativismo. Ufa!, respiraram os irmãos.

Outros “irmãos”, não. A ala evangélica do bolsonarismo rachou. A Igreja Universal do Reino de Deus, de Edir Macedo, defendeu a escolha. Foi só por Marques representar “um acréscimo” no “caminho do desejável equilíbrio”, como a igreja declarou? Ou foi porque a Universal não quer contrariar o ex-capitão agora, quando espera ajuda para reeleger prefeito do Rio Marcelo Crivella, sobrinho de Macedo, e eleger Celso Russomanno em São Paulo?

A hipótese eleitoral foi semeada por Silas Malafaia, enfezado com Bolsonaro. O pastor da Assembleia de Deus queria no STF o “terrivelmente evangélico” prometido. Tinha levado a Bolsonaro, em 2 de setembro, uma lista tríplice com os favoritos dos crentes. No papo, o ex-capitão não teria feito segredo: “Tenho que botar alguém que eu tenha que ter confiança, devido a tudo isso que está acontecendo”. Na segunda-feira 5, Bolsonaro foi a um culto e tascou que para a próxima vaga, que se abre em junho de 2021, escolherá “um pastor”.

A propósito, na despedida de Celso de Mello do plenário do Supremo, na tarde da quinta-feira 8, após a conclusão desta reportagem, a corte decidiria se o presidente teria de depor perante um delegado da Polícia Federal. •



Divergências. Malafaia cobra um evangélico no STF, Macedo mira nas eleições

WALFRIDO WARDE JR.



A eleição relâmpago

► **Em uma disputa tão curta, o cancelamento dos debates nas redes de tevê não serve ao povo**

O Brasil é governado de cima para baixo e de baixo para cima. O governo dos municípios é tão ou mais importante do que o governo central ou aquele dos estados da federação. É no município que todos nós estamos agora, onde são sediadas as empresas, onde a vida em sociedade acontece. É nele que somos felizes ou infelizes, onde vivemos as nossas emoções humanas, onde trabalhamos para ganhar o pão, onde sofremos violência, discriminação, onde respiramos a feia fumaça que sobe, apagando as estrelas. É do barulho dos carros, que trafegam nas ruas congestionadas das cidades, que nós reclamamos. É nas suas escolas e nos seus espaços de cultura que aprendemos. É nos seus parques e nas suas alamedas que passamos. São as comunidades pobres da cidade que nos mortificam. E nada, nada disso acontece nas salas refrigeradas da Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Estamos às vésperas das disputas municipais, sob o estranhamento que a combinação de pandemia e eleições provoca. Campanha e eleição em pouco mais de um mês. E uma pequena exposição midiática. A Rede Globo desistiu de realizar debates e sabatinas. A Record fez o mesmo. A Band fez o seu debate tarde da noite, sob regras questionáveis e com reduzida exposição de quem importa, ou seja, daqueles que têm chances reais de disputar a taça.

O papel da imprensa livre é realizar uma espécie de teste de conformidade eleitoral. É dela que se espera saber o que o candidato pretende, quais as suas credenciais técnicas, os seus atributos éticos e, no caso do município, muito menos os seus pendores ideológicos. A prefeita e o prefeito são, sobretudo, zeladores dos espaços urbanos. São promotores da urbe. São gestores dos grandes contratos pelos quais a cidade funciona e sobre os quais se deve debruçar o aparato de controle municipal, para prevenir, detectar e punir a corrupção. São garantes, em sentido amplo, da limpeza, da sanidade e da segurança dos espaços e dos aparelhos públicos, das vielas, das ruas e das avenidas. São superintendentes das escolas e dos hospitais municipais. São facilitadores e, ao mesmo tempo, bedéis da atividade empresarial. E são os patronos da redução das desigualdades sociais, se não da mitigação dos seus efeitos mais nefastos.

Tomemos o exemplo de São Paulo. A cidade tem orçamento de 69 bilhões de reais. Tem 17 bilhões no caixa, dos quais 8 bilhões estão definitivamente livres. Outros 500 milhões estão carimbados para o uso em saneamento básico. São Paulo gasta, no entanto, a maior parte do seu orçamento em algo como 40 grandes contratos, muitos dos quais inspiram questionamentos sobre a sua eficiência, licitude e ética. A cidade tem uma montanha de créditos tributários para receber. Os seus maiores devedores são absolutamente solventes, como é o caso de alguns dos maiores bancos do País. A sua procuradoria, que cobra esses créditos, a despeito de valorosa, está

mal aparelhada. A cidade preserva meandros burocráticos que não foram suficientemente devassados, a exemplo dos cabides de emprego das subprefeituras, do loteamento de cargos, dos critérios de aprovação de projetos imobiliários e da gestão do dinheiro público pelas organizações sociais da saúde.

Essas circunstâncias, todavia, não são claramente problematizadas e não redundam em questionamentos claros para os responsáveis, sob a impressão de que, ao governar a cidade, o resultado não será muito diferente do que aí está. E que não há muito o que se possa fazer.

É indispensável que um escrutínio sobre esses e outros temas pungentes aconteça, que todos os candidatos expliquem como pretendem se desincumbir da solução dos principais e mais doloridos problemas da cidade. Mas a eleição relâmpago para as prefeituras, por tudo o que aqui se disse, corre o risco de se menoscabar ao tamanho microscópico das formalidades democráticas, do “elege qualquer um aí”, sob a primazia das frases de efeito e dos penteados comportados.

É necessária uma atuação forte da Justiça Eleitoral para dar voz aos candidatos, para dar relevo aos seus projetos, para expô-los às questões certas, para que sejam medidos por suas respostas, porque, antes que lhes entreguemos a caneta, essa inquirição dos candidatos é o todo da avaliação cívica, dever de todos nós. A mídia precisa cumprir o seu papel, tanto mais as grandes concessões de televisão, em vista da função pública que exercem, porque o fim dos debates e das sabatinas não serve ao povo. •

redacao@cartacapital.com.br

Russomanno, o alazão?

SÃO PAULO O eterno candidato cola-se em Bolsonaro e tenta superar o estigma de cavalo paraguaio

POR RODRIGO MARTINS

Quatro anos atrás, ao receber *CartaCapital* para uma entrevista em sua casa, o jornalista Celso Russomanno, então candidato à prefeitura de São Paulo pelo PRB, tentou se descolar da imagem de cavalo paraguaio, aquele que larga bem, mas perde o fôlego e termina entre os últimos do páreo. “Desta vez será diferente, tenho apoio do meu partido”, disse Russomanno na ocasião, atribuindo o desempenho ruim nas eleições de 2010, quando concorreu ao governo paulista, à “traição” de seu ex-aliado Paulo Maluf.

Ao cabo, a eleição de 2016 só reforçou o estigma. Russomanno chegou a atingir 31% das intenções de voto em uma pesquisa do Datafolha, mas terminou a disputa em terceiro lugar, com 13% dos votos válidos. Agora, ele novamente desponta na dianteira das sondagens. Lidera com 26% das intenções de voto, 5 pontos à frente do tucano Bruno Covas, candidato à reeleição, de acordo com o mais recente levantamento do Ibope, divulgado na sexta-feira 2.

O partido de Russomanno é o mesmo, só mudou de nome. Era PRB, agora se chama Republicanos, mas continua sob o comando de líderes da Igreja Universal do Reino de Deus. Uma conjunção de fatores

pode dar, no entanto, um fôlego maior ao candidato, a começar pelo apoio explícito de Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército que ganhou dos colegas de farda o apelido de “Cavalão”, devido ao seu vigor físico nas competições de pentatlo militar. “Eu não pretendia entrar nas decisões de eleições municipais, mas Russomanno é amigo de velha data e estou pronto para ajudá-lo no que for preciso”, afirmou o presidente na segunda-feira 5, durante sua passagem por São Paulo para participar de um culto.

Difícil aferir o real impacto desse apoio. Ao contrário do que aconteceu no País como um todo, a avaliação de Bolsonaro não melhorou na capital paulista durante a pandemia. Sua gestão é considerada boa ou ótima por 27% dos eleitores e ruim ou péssima por 48%, segundo o Ibope. São os mesmos percentuais de aprovação que tinha em março, quando foi registrada a primeira morte de um brasileiro por Covid-19. Por outro lado, o principal cabo

Com alto recall, ele costuma ser bom de largada e péssimo de chegada

eleitoral de Bruno Covas não se encontra em situação melhor. O governador João Doria é bem avaliado por apenas 22% dos paulistanos, ao passo que 42% o rejeitam.

“O apoio de Bolsonaro talvez contribua para levar Russomanno ao segundo turno, mas não garante a vitória na etapa decisiva”, avalia a cientista política Vera Chaia, professora da PUC de São Paulo. “O maior trunfo do candidato é o fato de ser conhecido pelos paulistanos, devido ao seu *recall* eleitoral e à visibilidade que tinha nos programas da TV Record, como um defensor dos direitos do cidadão. Em uma campanha de curta duração, isso tem peso significativo. Mas, se não tiver projeto consistente para apresentar à população, pode derreter rapidamente, como ocorreu nas últimas eleições.”

A vantagem pode ser, portanto, ilusória, afirma o cientista político Claudio Couto. Pelos mesmos fatores levantados por Chaia, o professor da FGV acredita não ser pequena a chance de Russomanno confirmar a fama de cavalo paraguaio ainda no primeiro turno. “Ser apoiado por Bolsonaro não é trunfo tão forte como ele imagina. É certo que isso atrairá um núcleo duro de eleitores bolsonaristas, mas deve afastar outro bem maior, o dos que rejeitam o presidente”, diz Couto. “Além disso, ele é suficientemente conhecido, o que limita a sua capacidade de crescimento.”

Outra limitação é o tempo de propaganda eleitoral gratuita na tevê. Russomanno terá direito a 51 segundos, quatro vezes menos do que Covas (3min29s), e também abaixo do tempo reservado ao pessebista Márcio França (1min36s), ao petista Jilmar Tatto (1min07s) e à peselista Joice Hasselmann (1min04s). Guilherme Boulos, do PSOL, que figura em terceiro lugar nas pesquisas (numericamente à frente, mas tecnicamente empatado com França), está em des-



vantagem ainda maior: terá 17 segundos.

“A audiência da tevê aberta vinha caindo, com reflexos nas disputas eleitorais. Em virtude da pandemia, houve uma mudança nessa tendência. Muita gente ainda está em casa, trabalhando em regime *home office* ou desempregado, e eles passaram a ficar mais tempo na frente da tevê”, observa Chaia. “É mais um fator que pode prejudicar a campanha de Russomanno.”

Couto concorda com a avaliação da colega, e acrescenta: em eventual segundo turno, seria muito mais fácil para o candidato tucano descolar-se da imagem de Doria do que Russomanno do apoio de Bolsonaro. “Covas é candidato à reeleição, tem uma gestão para defender. Tem, inclusive, um estilo diferente do governador. Há tempos faz pequenos acenos ao campo progressista que podem ser decisivos para ampliar seu eleitorado”, afirma o cientista político. “Mas não descarto a possibilidade de França ou Boulos chegarem ao segundo. Na verdade, há



chance razoável de isso acontecer, devido às fragilidades de Russomanno.”

A fragmentação das candidaturas progressistas é o maior obstáculo para uma reviravolta, pondera Chaia. “Se houvesse uma única chapa, as chances de avançar para o segundo turno seriam maiores. Mas, com a disputa do mesmo eleitorado

Rejeitados. Bolsonaro, fiador de Celso Russomanno, e Doria, aliado de Covas, disputam o desprezo dos paulistanos

por tantos candidatos, fica mais difícil alcançar esse objetivo.”

A professora da PUC de São Paulo ressalta, porém, que há muitas novidades nas eleições de 2020 que prejudicam uma análise mais certa do cenário. “Pela primeira vez, teremos uma disputa sem ligações proporcionais, o que levou à pulverização das candidaturas. Além disso, em decorrência da pandemia do coronavírus, os candidatos não devem intensificar a campanha nas ruas, fazer corpo a corpo com eleitores. Muitos têm medo até de pegar os folhetos distribuídos nas ruas”, observa. “Não dá para saber sequer se os apoios de Bolsonaro e Doria serão benéficos ou prejudiciais. O que vai prevalecer? O voto de quem aprova ou dos que reprovam os respectivos governos? Ao cabo, podemos assistir a uma disputa de rejeições.” •

O dilema da doação

RIO DE JANEIRO Ao aceitar dinheiro de Arminio Fraga e outros banqueiros, o jovem Wesley Teixeira abre uma crise no PSOL

POR VICTOR CALCAGNO

Nem foi preciso apurar os votos para que a estreia eleitoral do jovem Wesley Teixeira, de 24 anos, possa ser considerada marcante, independentemente do resultado. O candidato a vereador em Duque de Caxias, cidade com altos índices de violência e longo histórico de crimes contra políticos na Baixada Fluminense, é uma aposta do PSOL por sua militância negra, ligação com os evangélicos (Teixeira é filho de pastores) e apelo jovem. Essas características o levaram a uma reunião via internet com potenciais doadores do mercado financeiro. O psolista

impressionou a plateia e angariou 75 mil reais de Bia Bracher e João Moreira Salles, herdeiros do Banco Itaú, e Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central no governo FHC. Sem saber, Teixeira abriu uma crise institucional no partido.

“Não dá para ser anticapitalista e receber grana de banqueiro.” A crítica, e variações ao infinito, inunda as redes sociais do candidato, que se considera vítima de um “linchamento virtual”. Quadros importantes e uma corrente específica do PSOL da qual Teixeira fazia parte, a Insurgência, alegam que receber dinheiro de integrantes da banca

não condiz com o estatuto do partido – o texto especifica que “não serão aceitas contribuições e doações financeiras provindas, direta ou indiretamente, de empresas multinacionais, de empreiteiras e de bancos ou instituições financeiras nacionais”.

O racha resultou em acusações de racismo institucional feitas por Douglas Belchior, do PSOL de São Paulo, alimentou a hipótese de que Teixeira sofre alguma sanção interna, e ganhou destaque nacional com a ameaça do deputado Marcelo Freixo de deixar a legenda caso o candidato venha a ser punido. Na esteira, reacendeu o debate sobre



Cooptação? Teixeira, nascido e criado em Duque de Caxias, é uma liderança negra em ascensão. “Ele tem posições claras contra o racismo e a desigualdade”, diz Fraga, ao justificar a contribuição

a desunião do campo progressista. “Os ataques mostram que nem sempre sabemos quem são nossos inimigos, e quem me ataca não sabe qual é a prioridade neste momento”, rebate Teixeira. Lidar com as consequências, confessa, atrapalha a campanha. “Sou obrigado a gastar meu tempo para explicar a situação, mas é algo que tenho de fazer.” O jovem agradece, porém, o apoio de nomes de peso

do partido, em especial Freixo e Áurea Carolina, candidata à prefeitura de Belo Horizonte, e de Sueli Carneiro, diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, que articulou a reunião com os doadores.

A decisão de aceitar as doações, diz, foi determinada com integrantes da campanha e as críticas eram esperadas. “A luta é feita de camadas, existem aqueles que acreditam que é preciso uma mudança que dê em um novo mundo, como eu, e outros, que é preciso uma mudança clara, mas que não necessariamente seja algo radicalmente diferente, como acredito ser o caso do Arminio Fraga, por exemplo. Mas, principalmente, nos encontramos na defesa da democracia e no repúdio ao governo atual.”

Dos três doadores, Fraga, hoje sócio da Gávea Investimentos, é o mais citado nas críticas por também ter contribuído para a campanha de Pedro Duarte, candidato a vereador no Rio de Janeiro pelo Novo, partido que representa o oposto ideológico do PSOL. Com a hipótese levantada de que a candidatura de Teixeira sofra alguma sanção, entre elas até a devolução dos valores arrecadados, o ex-presidente do Banco Central afirma que não se sente do imbróglio criado, que “o partido pode fazer o que quiser, cabe ao eleitorado julgar”, além de que “não está apoiando partidos, mas candidatos”.

Fraga afirma ter decidido doar após ter conversado diretamente com Teixeira, no momento em que o candidato se apresentou e respondeu a perguntas. Apadrinhado por Pedro Abramovay,

Uma resolução da legenda **proíbe contribuições vindas do setor financeiro**

diretor da Open Society na América Latina, o jovem foi classificado pelo financista como “alguém com posições muito claras contra o racismo e a desigualdade, além de ter uma energia pessoal entusiasmante em uma região difícil”. Ele também não vê uma incoerência direta e instantânea entre o progressismo e o mercado financeiro: “Podemos fazer estudos e chegar a uma correlação, mas até lá não é bom generalizar”.

Outros integrantes importantes do PSOL reforçaram as críticas. Em nota, a deputada federal Talíria Petrone resume a visão de muitos correligionários. “O enfrentamento político não será feito com colaboração do grande capital”, anota. “Doadores de campanha tornam-se definidores das políticas aprovadas e implementadas por seus ‘apadrinhados’.” A mesma crítica, lembra a parlamentar, foi dirigida a Luciana Genro e Freixo quando estes receberam doações parecidas em outras eleições.

Dirigente do PSOL em Duque de Caxias, Carol Almeida ainda torce pela vitória de Teixeira, a quem conhece há anos, mas acredita que ele tomou uma decisão incorreta: “Tínhamos a expectativa de eleger o Wesley, não precisava de dinheiro de banqueiro”. Segundo ela, o episódio não racha o partido, mas levanta um tema sensível que deveria ser mais bem discutido. “Somos anticapitalistas e esses doadores se apoiam inteiramente no sistema capitalista, na exploração trabalhista, para fomentar mais exploração, o que não podemos concordar.”

O PSOL ainda discute uma sanção a Teixeira, mas não há expectativa de que sua candidatura seja barrada. Enquanto isso, o jovem segue com sua agenda por Duque de Caxias: “Vamos ganhar e mostrar que existe uma esquerda na cidade”. Eis a questão: com ou sem dinheiro de banqueiros? •

ESTHER SOLANO



Economia ou costumes?

► **É preciso combater tanto a agenda ultraliberal de Paulo Guedes quanto a pauta moralista de Damares Alves, pois elas se complementam**

Muita gente me pergunta se não deveríamos focar na luta pelas pautas materiais para derrotar Bolsonaro. Se não seria a disputa por trabalho e renda dignos a estratégia para implodir o monstro no poder. Sempre respondo a mesma coisa. Talvez seja o caminho para derrotar Bolsonaro, mas me parece que não será o caminho para derrotar o bolsonarismo e as sequelas no médio e longo prazo que ele deixará na sociedade brasileira.

O bolsonarismo constrói-se na convergência, na conjunção das pautas neoliberal e neoconservadora. A destruição da economia legitimada em nome dos valores tradicionais. A destruição do trabalho justificada em nome de Deus, o atropelamento dos direitos mais básicos em nome da pátria, da nação, da bandeira. A agenda pauloguedista da privatização e da precarização da vida une-se à agenda damarista da família cristã e da mulher bela, recatada e do lar. Não dá para entender o bolsonarismo sem entender esses dois vetores atuando de forma conjunta e retroalimentada, às vezes aparentemente divergentes, mas sempre com a intenção de permanecer harmoniosos. Por isso, nosso duelo de morte contra o bolsonarismo também deve dar-se nas duas frentes de batalha. Devemos, é óbvio, focar na disputa feroz

pela dignidade material do brasileiro, ainda mais em tempos de uberismo, descartabilidade e reformas antipovo, e, sobretudo, durante a pandemia econômica que está sendo consequência atroz da pandemia sanitária. Mas isso por si só não basta. Devemos fazer a disputa por valores, a disputa por subjetividades, a disputa por símbolos, contra a vertente neoconservadora, retrógrada e fundamentalista religiosa do bolsonarismo, que também deixa a cada passo um rio de vítimas e cadáveres, assim como a vertente neoliberal. As pessoas morrem de fome, de falta de aposentadoria, de miséria, mas também morrem de aborto clandestino, de LGBTfobia ou espancadas pelos maridos no lar, o espaço que deveria ser o mais sagrado. Ou seja, morrem de pauloguedismo e morrem de damarismo. Devemos combater os dois.

Vou dar um exemplo. Vi piadas e chachotas no Facebook, a única rede social (ou antissocial) que utilizo, a respeito da “crisofobia” que Bolsonaro citou nas Nações Unidas. Sim, é evidente que, para a nossa bolha, a menção a esse conceito é absurda, folclórica, risível, insensata, kafkiana... Botem aí o adjetivo que quiserem, mas espero que os mesmos que riem entendam a seriedade da questão. Bolsonaro não falava para você, para nós, ele está pouco se lixando para as nossas piadas e memes. Bolsonaro falava para sua base, para seu público, religioso, para milhões de brasileiros. “Continuem, vocês, de suas bolhas, rindo de mim, que eu continuo falando com os meus e os que poderão se juntar a mim enquanto vocês continuam rindo.” A “crisofobia” faz sentido para muitos nesse público. Foi construída uma retórica bolsonarista muito forte de que a esquerda é inimiga da

religião, é inimiga da fé, e isso faz com que muitos se sintam atacados pessoalmente pelo campo progressista. Para muita gente decepcionada até a medula com a política, com a esfera pública, o âmbito do privado, das relações sociais mais próximas, é a única na qual confiam. Dentro desse âmbito a fé joga um papel fundamental. Se alguém religioso sentir sua fé atacada, obviamente vai reagir. Durante estes anos, tenho entrevistado mulheres periféricas que sentiam um medo enorme de uma possível vitória do PT, pois tinham certeza de que o partido tentaria destruir sua fé. Por isso essas mulheres que entrevistei votaram em Bolsonaro. Depois das minhas conversas com elas, ficou claro para mim que a coisa era muito séria, séria demais para, simplesmente, ser resumida em um *memé* ou para dar risada. O que a gente trata como disparate, como caricatura ridícula, faz sentido para milhões de brasileiros, influencia sua opinião e seu voto, cria coerência.

Sei que pode ser muito difícil levar a sério o que parece uma asneira, mas o importante de toda essa história é que, quando as asneiras são ignoradas, ridicularizadas e não combatidas, viram verdades e votos nas urnas. Se a gente só fizer piada e não levar essas questões a sério, não disputar esses valores, Bolsonaro, Damares, os pastores e os padres continuarão a falar e a convencer. Devemos ter a inteligência de saber como o outro lado raciocina, pensa, sente e reage. Em política não é só a nossa opinião que importa. Se quisermos um projeto político que inclua a maior quantidade de gente possível, devemos entender que só nossas definições não servem e que temos de estar abertos para discutir até as asneiras, ou principalmente estas. • redacao@cartacapital.com.br

MARCOS COIMBRA



Financiamento de campanha

► **O Brasil precisa começar a tratar de forma transparente o tema, sem ingenuidade ou subterfúgios**

Uma hora vamos ter de falar a sério a respeito do financiamento da política no Brasil. Não do que está escrito na legislação, que todo mundo conhece e quase ninguém obedece, mas de como as coisas efetivamente funcionam. De como partidos e candidatos arrumam dinheiro para custear suas campanhas nos períodos eleitorais (algo que não é barato). E também de como se mantêm nos anos sem eleição, pagando equipes, custos operacionais e a infraestrutura de que precisam (o que tampouco é barato).

Trato aqui do financiamento da política propriamente dita e não das falcaturas e picaretagens que abundam em seu entorno. Pequenos e grandes esquemas pululam, de oportunistas que usam o argumento das “despesas políticas” como disfarce para botar dinheiro no bolso, comprando apartamentos, viagens à Europa e coleções de joias.

Uma coisa é arrecadar recursos para gastar em disputas eleitorais, outra é desviar, com esse subterfúgio, dinheiro para uso privado. Em boa parte do mundo, é nítida a diferença entre as duas situações, com clara distinção entre elas. Partidos e lideranças podem ser criticados e punidos por se financiar de maneira irregular, sem que sejam tratados como bandidos (o que não quer dizer que não existam). Os espertalhões que inventam tramoias

para enriquecer não merecem respeito.

Tome-se o esquema das rachadinhas, usado durante décadas por Bolsonaro e seus familiares, um caso de duplo desrespeito à legislação, trabalhista e política. Tomar dinheiro do salário de funcionários é o mesmo que assaltá-los todo mês e justificá-lo com o argumento dos “gastos políticos” é pura cara de pau.

Igualmente falso é o político dizer que não precisa de dinheiro em suas campanhas, que recebe a “contribuição espontânea” de amigos e entusiastas, oferecida de graça. Quem for tolo que acredite, por exemplo, que Bolsonaro não gastou “quase nada” em sua campanha presidencial.

É fácil compreender por que, no Brasil, um candidato “rico” prefere não ostentar a riqueza, pois a maioria pobre da sociedade teria dificuldade de vê-lo como capaz de representá-la (em outros lugares, como os Estados Unidos, ao contrário, os ricos gostam de se dizer ricos). E há uma crença generalizada de que somente os partidos que fazem campanhas “baratas” conseguem expressar os interesses da maioria.

A origem dessa lenda talvez seja o PT. Entre muitas originalidades, o Partido dos Trabalhadores foi aquele que logo se tornou grande e competitivo sem ter milionários em seus quadros. Nos primeiros tempos, o partido vivia quase que apenas de contribuições de militantes e gente comum, aqui e ali engordadas com rifas, bingos e sorteios.

Foi para não conceder ao PT o discurso do “tostão contra o milhão” que as campanhas dos adversários passaram a camuflar o que arrecadavam e gastavam. Em 1989, no confronto Lula vs. Collor, a regra foi essa: o estratosférico financiamento da campanha de Collor foi quase todo subterrâneo, às escondidas do

eleitorado. Na aparência, uma disputa equilibrada, mas completamente assimétrica na realidade.

Cristalizou-se ali o padrão que temos até hoje, de observação formal de uma legalidade ignorada. Todo mundo finge que obedece às leis, mas as adapta à sua maneira. Punida ou liberada, a contribuição empresarial às campanhas sempre existiu. Para alguns partidos, as grandes empresas doam com um sorriso no rosto. Para outros, só quando são obrigadas.

A campanha contra o PT, iniciada na época do mensalão e nunca interrompida, mostra o caráter disfuncional do arranjo que temos. Nele, o sistema político torna-se vulnerável às investidas de agentes corporativos com interesses próprios, especialmente no Judiciário e no Ministério Público. De acordo com suas antipatias e simpatias, inventam “culpados” e “inocentes”, apesar de todos agirem de modo igual. A defunta Lava Jato foi seu ápice e ruína.

A discussão sincera do financiamento da política é também aquela dos limites entre governo e partidos, estabelecendo o que é legítimo na atuação administrativa e o que é subordinar políticas públicas a finalidades político-eleitorais. Até que ponto um governante pode ir ao instrumentalizá-las? Até que ponto é livre para usar recursos da sociedade na busca de apoio e vantagens?

É inútil esperar que alguém como o capitão Bolsonaro modere seu apetite e considere que há limites éticos que não podemos transpor. Se depender dele, usará qualquer arma para se perpetuar no poder, como mostra o que aconteceu neste ano com o auxílio emergencial e as discussões que suscitou. A questão é o que a sociedade pretende fazer para evitá-lo. • redacao@cartacapital.com.br

Bolsonaro no ar

RADIODIFUSÃO O WhatsApp e as redes sociais não bastam. Os bolsonaristas querem montar rádios e tevês pelo País

POR THAIS REIS OLIVEIRA

Em fevereiro, enquanto o Brasil brincava o Carnaval sem se ater à chegada da epidemia mais feroz do século, o deputado Eduardo Bolsonaro aproveitou a folga para fazer uma viagem aos Estados Unidos. A primeira parada, no dia 23, foi na sede da Christian Broadcasting Network, na Virgínia. Um conglomerado cristão multimídia criado pelo televangelista Pat Robertson no fim dos anos 1960. O primeiro programa foi ao ar graças a uma vaquinha de 700 espectadores. Nas décadas seguintes, a rede se tornaria peça-chave da incursão dos evangélicos na política. O pastor incentivou as guerras culturais dos anos 1980 que se estenderam ao longo do tempo. No passado, foi grande amigo de Ronald Reagan. Agora é próximo de Donald Trump. Uma reportagem do *site* de notícias Politico publicada em 2018 classificou a CBN como uma porta-voz mais aguerrida do presidente do que a Fox News.

Impressionado com a visita, o filho 03 do presidente Jair Bolsonaro fez paralelos com o Brasil. “Um verdadeiro império cristão conservador que abrange rádio, tevê e universidade. É exatamente o que precisamos no Brasil para transformar o tsunami de 2018 numa onda conservadora permanente”, escreveu, no dia seguinte, em sua conta do Twitter. Não foi mera bravata de político. Pouco tempo depois, o deputado procurou a figura mais

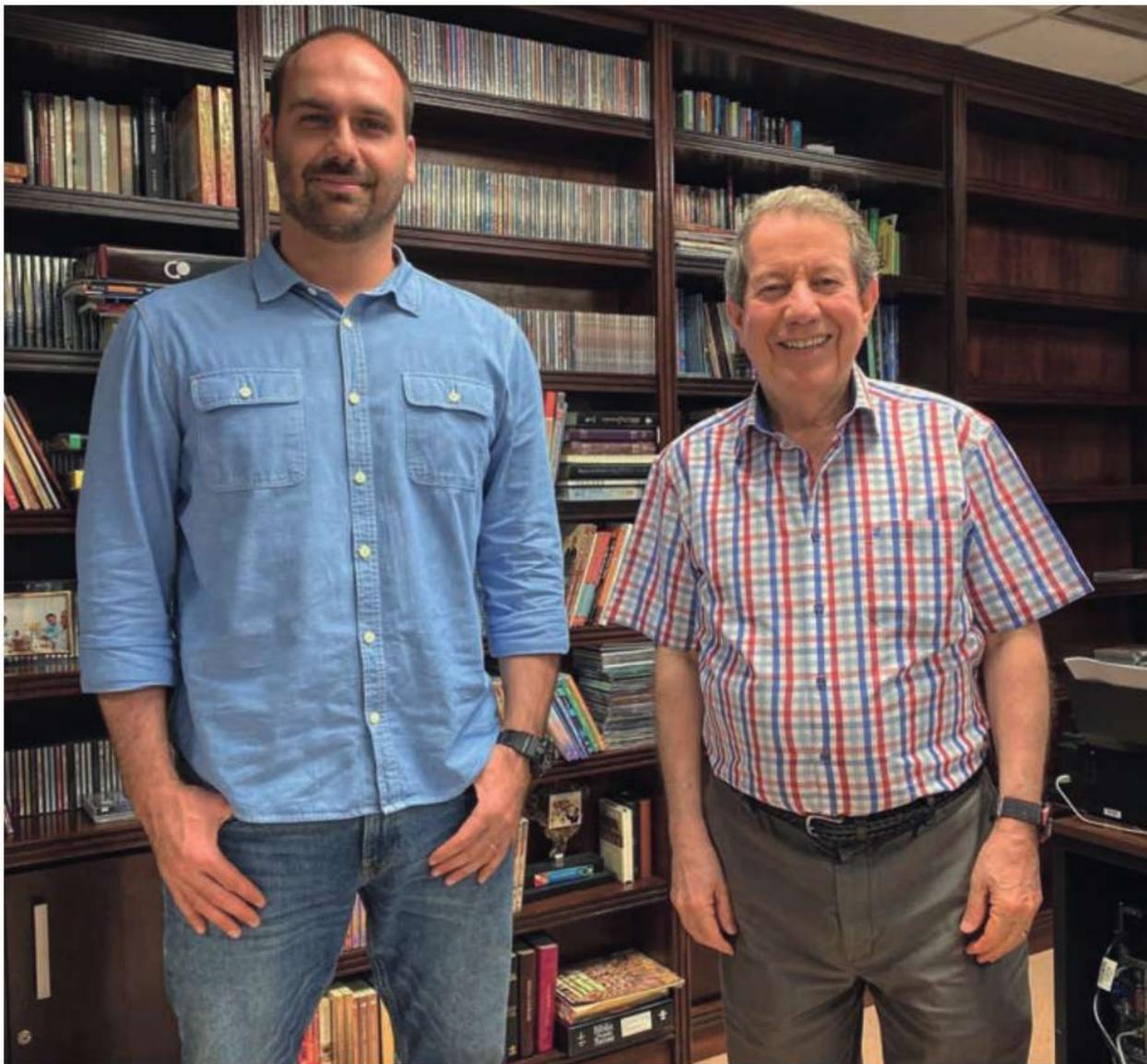
parecida com Pat Robertson no Brasil, o pastor Romildo Ribeiro Soares, o RR Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus e dono de emissoras de rádio e tevê evangélicas. Ouvido no inquérito que apura a organização e o financiamento de atos antidemocráticos, em julho, Soares contou à Polícia Federal que Eduardo o procurou para alugar uma emissora de rádio em São Paulo e disse ter um “amigo interessado no negócio”.

A radiodifusão também foi assunto entre Fábio Wajngarten, secretário de Comunicação Social do governo, e Otávio Fakhoury, dono de imóveis convertido em militante bolsonarista. Fakhoury é apontado como um dos financiadores da rede de *fake news* do “gabinete do ódio” e é um dos 29 acusados no inquérito que apura ataques ao STF. As mensagens acima mencionadas foram descobertas pela PF, que apreendeu, em junho, o celular do rentista. Nas mensagens trocadas com

Eduardo, o filho 03, sonha com um conglomerado nos moldes da Christian Broadcasting Network

Wajngarten por WhatsApp, Fakhoury falava da necessidade de comprar uma rádio simpática ao governo, e dizia ter um grupo de empresários disposto a “financiar a aquisição”. Segundo o próprio Fakhoury admitiu posteriormente, a locação de um espaço no rádio tornou-se bandeira de um grupo pró-Bolsonaro liderado por ele. E contemporizou: “Um investimento em uma rádio conservadora (*sic*) é desejo legítimo, natural, legal e moral que, se levado adiante, será realizado com recursos próprios e privados. Não sei por que tanto barulho por conta disso. Será pelo fato de que, por este meio, poderemos oferecer aos ouvintes informação e análise sem o viés tendencioso presente em boa parte da mídia atual?”

Conversas de bastidores? Não só. Entre março e abril, Bolsonaro liberou o funcionamento de 440 rádios comunitárias. Embora a maioria dos pedidos tenha sido herdada do governo Temer, chama atenção a disposição do ex-capitão. Durante a campanha de 2018, seu *entourage* via as rádios comunitárias como “focos petistas” que serviam para divulgar ações de políticos ligados ao partido. Segundo dados da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, um quarto dos municípios não possui nenhuma estação. A fila pela regularização é enorme e, diante da morosidade, muitas operam na ilegalidade. Nesta situação, são mais suscetíveis à pressão política e ao poderio das igrejas. O governo Dilma chegou a lançar um Plano Nacional de Outorgas que previa, até o fim do ano de 2019, que todas as regiões do Brasil tivessem ao menos 70% dos seus municípios abrangidos por rádios comunitárias. O projeto foi engavetado no governo Temer e ainda não tem substituto. A falta de diretrizes facilita o toma lá dá cá. “Sem um plano, perdemos o controle de quem está disputando essas autorizações”, diz Geremias dos Santos, presidente da Abraço.



Articuladores. O deputado Eduardo Bolsonaro aconselha-se com o pastor RR Soares. O ministro Fábio Faria entende do assunto. O rentista Fakhoury dispõe-se a financiar a iniciativa

Ministério das Comunicações, em julho, tem dado ritmo às mudanças. O primeiro decreto do ministro liberou a expansão do sinal das FMs no interior dos nove estados que compõem a Amazônia Legal. A primeira chamada atende a 232 pedidos de canais, que levarão o serviço a 183 cidades que ainda não possuem FM. Embora seja mais conhecido como genro de Silvio Santos, Faria é do ramo da radiodifusão: é herdeiro de uma rádio AM no interior do Rio Grande do Norte. O pai, Robinson Faria, é ex-governador do estado. De acordo com um levantamento do Intervozes de dois anos atrás, 20 deputados federais e seis senadores congressistas controlam diretamente outorgas de rádio e televisão. A maioria compõe partidos do Centrão.

Nessa toada, anda em baixa a sanha de privatizar a Empresa Brasil de Comunicação, a EBC. Há um ano, o governo unificou a programação da rede com a da NBR, criada durante o governo FHC para divulgar as ações e agendas do Poder Executivo, dando origem a uma fusão batizada de Nova TV Brasil. Sob a chefia do general Luiz Carlos Pereira Gomes, a sociedade civil e os funcionários têm perdido espaço e filiais foram extintas. A emissora tem sido usada ainda para produzir conteúdo de interesse das Forças Armadas, a exemplo dos programas “Fortes do Brasil” e “Faróis do Brasil”. Além disso, o material em vídeo gravado com o maquinário da emissora espalha-se com facilidade com o apoio de canais bolsonaristas do YouTube, em especial no Norte e Nordeste. Um dos mais famosos deles, o Foco do Brasil (ex-Folha do Brasil), tem 2,2 milhões de inscritos. •

Essa guinada à radiodifusão é recente. Reservadamente, interlocutores admitem que, conforme avança o inquérito do STF e a CPMI das Fake News, fica claro que não bastam o WhatsApp e as redes sociais. O bolsonarismo sonha com uma linha direta com o público. “Eles sempre acharam que só a internet resolveria. Perceberam que estavam errados”, diz um ex-marqueteiro do PSL. O apoio das tevês e das grandes emissoras de rádio custa caro: juntas, Record e SBT receberam no ano passado 26,8

milhões de reais do governo. E é incerto: a Record pleiteia o apoio do governo à eleição de Marcos Pereira, do PRB, presidente da Câmara e de Celso Russomanno prefeito em São Paulo. Por isso, as AMs e FMs despontam como opções mais viáveis. Segundo um estudo do Kantar Ibope Media divulgado em setembro, 78% dos brasileiros ouvem rádio. Destes, três em cada cinco o fazem todos os dias. A média diária ultrapassa as três horas.

A chegada do deputado Fábio Faria ao

O Teto de Pirro

CONTAS PÚBLICAS Vigiada pelos terroristas do mercado financeiro e da mídia, a batalha no governo Bolsonaro mal começou

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

A batalha doméstica no solar dos Bolsonaro entre os beleguins do Segura-Teto e os guerrilheiros do Fura-Teto mal começou. Há quem se atemorize com um desfecho bizarro do conflito. Bizarro, porque, seja qual for o vencedor, os brasileiros preocupados com seu destino podem encarar um fenômeno inédito: a Derrota de Pirro.

Bem sabem os leitores de *CartaCapital* que a expressão Vitória de Pirro se origina do triunfo de Pirro de Épiro contra os romanos na Batalha de Asculum, em 279 a.C. Triunfo que destruiu grande parte de suas forças. A Vitória de Pirro é o avesso do verdadeiro senso de conquista e prejudica o progresso no longo prazo.

Entre tretas e mutretas para violar o teto de gastos sem assustar os mercados, o governo ensaia um acerto com o Congresso para prorrogar o orçamento de guerra. O caro leitor sabe que o embate é travado sob o olhar vigilante e traiçoeiro dos terroristas do mercado financeiro, que contam para suas investidas com o valioso apoio balístico da mídia brasileira. Em sua configuração contemporânea, o capitalismo globalizado entregou aos mercados financeiros os poderes de intimidar, aterrorizar e submeter o imaginário social a seus propósitos. Não por

acaso, em 1933, John Maynard Keynes disparou petardos contra o *bunker* das finanças: “As regras autodestrutivas da finança são capazes de apagar o sol e as estrelas porque não pagam dividendos”.

Para não deixar barato, vou reproduzir um trecho do discurso de Franklin Delano Roosevelt, em 1936, na Convenção do Partido Democrata. Ele dizia que

a moderna civilização, depois de demolir as velhas dinastias, erigiu outras. “Novos impérios foram construídos a partir do controle das forças materiais. Mediante o novo uso das corporações, dos bancos e da riqueza financeira, da nova maquinaria da indústria e da agricultura, do trabalho e do capital – nada disso sonhado pelos fundadores da pátria –, a estrutura da vida moderna foi totalmente convertida ao serviço da nova realeza. Não havia lugar nos seios da nova nobreza para abrigar os milhares de pequenos negócios

e comerciantes que desejavam fazer um uso sadio do sistema americano de livre-iniciativa e busca do lucro.”

Na edição da segunda-feira 5, a *Folha de S.Paulo* abriu espaço para o diligente Fernando Canzian informar os distintos leitores do jornal: “Flerte de Bolsonaro com mais gastos dobra dívida pública de curto prazo para 1 trilhão de reais”. Depois da abertura, certamente a sequência da matéria elevou a temperatura dos crédulos da religião dos mercados. Canzian prossegue: “Falta de direção no controle do endividamento e barbeiragens levam investidores a cobrar prêmio do Tesouro e a se refugiarem no dólar. O prazo dos títulos emitidos desde janeiro de 2020 caiu à metade, de 4,7 anos para 2,4 anos, refletindo o aumento da desconfiança de investidores em relação à solvência do País. Com isso, em apenas um ano, os vencimentos em 12 meses praticamente dobraram, de 553 bilhões de reais para 1,02 trilhão, atingindo quase 25% da dívida total. Os juros exigidos pelo mercado para refinarçar o governo

também aceleraram, sobretudo nas últimas semanas e dias, mesmo para os papéis com vencimento mais curto. Enquanto a taxa básica de juros do Banco Central (Selic) está fixada em 2% ao ano, o Tesouro Nacional vem sendo obrigado a pagar mais que o dobro disso para vender títulos na praça com vencimento daqui a dois anos. Para papéis mais longos, de dez anos, a taxa exigida pelos investidores encosta em 9% – e sobe mês a mês”.

Meu amigo Gabriel Galípolo lembrou ter escapado ao diligente jornalista que o Bacen



Inspiração. Pirro obteve uma vitória inútil. E Bolsonaro?

TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 34
Artigo. Um imposto global sobre o câmbio para reduzir a miséria e a fome no planeta



Desafinados. Marinho, o “Fura-Teto”, e Guedes, o vendedor de ilusões

policyrate, ... a independência do banco central é uma ilusão. Isso significa que mudanças no tamanho e na composição do balanço do Fed são, de fato, operações fiscais. Na verdade, o Tesouro deve garantir totalmente o balanço do Fed. Do jeito que está, o Tesouro garante apenas cerca de 10% dos ativos e empréstimos de risco que o Fed já colocou em seu balanço sob uma série de novos programas. ... Isso representa uma fuga ao dever tanto do Tesouro quanto do Fed. ... Cadeias de suprimentos cortadas e efeitos de longo

decidiu encurtar o prazo da dívida, realizando a troca de juros por *duration*. Em situação semelhante de aguda incerteza, no início de 1945, Keynes recomendou aos integrantes do National Debt Inquiry que não “fundassem a dívida pública na emissão de títulos a longo prazo. Os prazos das emissões deveriam, portanto, preservar um grau máximo de flexibilidade para as políticas futuras”.

Para juntar ofensa à injúria diante dos dogmatismos dos mercados, vou recorrer à citação de um trecho da entrevista do economista Willem Buiter, concedida ao *Project Syndicate*. Entre outras façanhas, Buiter foi membro independente do Comitê de Política Monetária do Banco da Inglaterra, economista-chefe do Citigroup e articulista do

Financial Times. Hoje está abrigado na Universidade Columbia.

Vamos lá:

“Eu gostaria de ver o Fed expandir significativamente seu balanço – e o estoque dos ativos de risco que ele contém. Para fazer isso direito, é importante entender que o Fed é essencialmente a janela de liquidez do Tesouro dos EUA, que, em todos os lugares, é o proprietário do Banco Central. De fato, além da definição da

prazo sobre as estruturas de demanda e oferta resultarão na persistente subutilização dos recursos reais. A incerteza generalizada e duradoura aumentará a poupança e deprimirá o investimento. Diante disso, a necessidade de “dinheiro de helicóptero” em apoio à política fiscal expansionista não desaparecerá tão cedo”.

Vou seguir com as observações de Claudio Borio, chefe do Departamento de Política Monetária do Bank of International Settlements: “O balanço (*dos Bancos Centrais*) tornou-se uma ferramenta-chave para definir a postura da política monetária. Daí as compras em larga escala de títulos do setor público e do setor privado e, na Zona do Euro, títulos do setor público de diferentes graus de risco de crédito, bem como regimes especiais de empréstimos subsidiados para os bancos”. •

A necessidade de uma política fiscal expansionista não desaparecerá tão cedo

Imposto global sobre a moeda

ARTIGO Taxar operações de câmbio em 0,1% geraria 1,6 trilhão de dólares por ano e não causaria grandes abalos

POR PAULO DANTAS*

Em meados de junho, a mídia internacional noticiou que os economistas Joseph Stiglitz, Thomas Piketty, José Antonio Ocampo e Jayati Ghosh haviam apresentado proposta para uma reforma tributária global, a ser conduzida pela Organização das Nações Unidas, na busca de alternativas para o enfrentamento das consequências da atual pandemia.

Os renomados economistas defendem que a redução na arrecadação dos governos nacionais em decorrência da pandemia seja suprida por meio da aplicação de um tributo mundial a incidir sobre as empresas multinacionais, sobre os gigantes digitais e sobre os bilionários. Ao mesmo tempo que falam num registro internacional de ativos, defendem também a tributação sobre o patrimônio.

Piketty afirma que “não há uma solução única para a retomada global da economia no pós-pandemia”. O mesmo Piketty havia proposto a criação de um imposto mundial a incidir progressivamente “sobre o valor líquido dos ativos controlados pelos indivíduos”, na sua magnífica obra *O Capital no Século XXI*.

O mundo necessita de uma reforma tributária. Entretanto, há que se

ressaltar que a proposta aqui referida não é a mais adequada para tal fim, dado que tem a sua aplicabilidade potencialmente comprometida em razão de previsível baixa produtividade fiscal, em face das evidentes dificuldades operacionais para arrecadação do projetado tributo em cada país. Além disso, a ideia não inova no sentido de que seja criado um tributo com fato gerador proveniente de incidências econômicas com características essencialmente internacionais. Ao contrário, a tributação sobre o patrimônio é largamente utilizada internamente pelos Estados nacionais, seja o imposto sobre a propriedade urbana, seja sobre a propriedade rural, ou até sobre fortunas, adotado em alguns países da Europa.

A destinação dos recursos que os quatro economistas indicam agora também não parece ser a mais indicada, restando a expectativa de que as dificuldades fiscais enfrentadas atualmente pelos Estados nacionais sejam resolvidas ao longo do tempo mediante a aplicação de soluções internas. O tema tributação internacional não é novo. Na União Europeia, experiências foram imaginadas, algumas até adotadas, entretanto, sem continuidade satisfatória dos projetos.



Dada a mais elevada importância do assunto, e sem desprezar a possibilidade do aproveitamento da proposta dos economistas noutras circunstâncias, o fato é que o mundo carece de iniciativas destinadas à solução de outros problemas bem mais graves que atingem a humanidade, desde sempre, a exemplo



O fluxo financeiro nos mercados globais passa de 6 trilhões de dólares por dia

O dinheiro seria aplicado para **atacar a fome e reduzir a miséria no planeta**

respectivamente, “acabar com a pobreza” e “acabar com a fome”.

Na própria Agenda 2030 constam indicadas as fontes de financiamento destinadas à execução dos 17 objetivos, pautadas na proposta do aporte de 0,7% do PIB das grandes nações e de 0,15% a 0,2% do PIB dos países em desenvolvimento, o que parece algo impraticável, por depender, no fim das contas, da generosidade dos dirigentes internacionais, que na atual conjuntura resulta inimaginável.

Diante disso, considerando as limitações aqui expostas, cabe outra promissora possibilidade da implantação de um tributo internacional com boa base de incidência (volume de negócios), com características essencialmente internacionais, ou seja, que o fato gerador a ele relacionado envolva agentes internacionais residentes ou estabelecidos em países diferentes, mesmo que eventuais operações sejam realizadas na mesma praça. A hipótese que se encaixa nessa configuração é um tributo internacional sobre as transações cambiais, a ser arrecadado em âmbito global, com uma característica toda especial, a ser adotado completamente fora dos orçamentos nacionais, por se originar de uma ação essencialmente mundial e para fins mundiais, num ambiente de moderna governança internacional, que necessariamente terá de ser construída.

Os que estudam o tema, desde James Tobin, no começo dos anos 1970, com a sua

Tax Tobin, têm delineado o conjunto de elementos que configurariam um tributo sobre transações cambiais: hipótese de incidência, fato gerador, sujeito passivo, alíquota, base de cálculo, local da operação, o lançamento e a arrecadação, inclusive o sujeito ativo da potencial relação fisco/ contribuinte, podendo ser a ONU, como proposto pelos economistas, tudo na dependência da pactuação de importantíssimo tratado envolvendo todos os países.

O tributo aqui referido incidiria sobre o expressivo fluxo financeiro que ocorre atualmente nos mercados globais de câmbio, ultrapassando os 6 trilhões de dólares por dia, tendo chegado aos 6,6 trilhões diários em abril do ano passado (dados coletados no Relatório do BIS sobre mercado internacional de moedas, de dezembro/2019), cabendo um simples exercício a partir de um volume de transações dessa magnitude, sendo aplicada a alíquota de 0,1% (Tobin imaginava 1%), o que resultaria numa arrecadação diária de 6,6 bilhões de dólares, ou 1,65 trilhão anual (quase o valor do PIB brasileiro), em 250 dias úteis, a ser aplicado pelo sujeito ativo exclusivamente nas nações mais pobres do mundo, em ações nas áreas da educação, saúde, habitação, saneamento e, principalmente, no combate à fome e à miséria.

Causam perplexidade as imagens às vezes exibidas da África faminta, ou mesmo de algumas regiões brasileiras, de gente em estado de miséria. É vergonhoso para todos nós, homens e mulheres do nosso tempo. O mundo, ou melhor, o sistema capitalista tem recursos em excesso, repita-se, em excesso, como aqui demonstrado, para a solução dessas chagas, a fome e a miséria, sem causar nenhum abalo sistêmico. •

**Economista, foi presidente do Conselho Federal de Economia.*

da pobreza e da fome, que são deformações sociais cujas soluções foram indicadas pelos dirigentes dos 193 Estados membros da ONU, quando aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em Nova York, em setembro de 2015, composta de 17 objetivos, destacando que os objetivos 1 e 2 citam,



O inimigo não descansa

COVID-19 Paris, Madri e Nova York adotam novas medidas restritivas para conter o aumento da contaminação

POR SERGIO LIRIO

A modelo e cidadã de bem Luana Piovani revoltou-se ao saber da exigência do uso de máscaras nas ruas de Paris. De passagem pela cidade, a brasileira decidiu ensinar truques para burlar as regras ou, na sua visão, atos de desobediência civil a compatriotas que por acaso estivessem na capital francesa. Em vídeos didáticos nas redes sociais, ela recomenda: basta circular com um sorvete na mão para se livrar do incômodo e poder respirar, sem amarras, os ares parisienses. A rebeldia cobrou seu preço: diagnosticada com Covid-19 na volta a Portugal, onde mora, Piovani viu-se forçada a cumprir uma quarentena de 14 dias.

Não se sabe se outros moradores e turistas se dedicaram, como a modelo, a lutar com todas as armas, um sorvete se necessário, por sua *liberté*, contra a tirania da ciência e do Estado, mas o descuido geral deixará a Cidade Luz ficar menos iluminada nas próximas semanas. Desde a terça-feira 6, cafés, bares, ginásios esportivos e piscinas públicas estão proibidos de funcionar. As restrições valem, em princípio, por 15 dias. Os restaurantes fecharão mais cedo, festas nem pensar, e a polícia

vai dispersar aglomerações com mais de dez presentes. As medidas são uma resposta ao aumento exponencial das infecções na região metropolitana. O número de mortes caiu, mas o ritmo de casos confirmados por dia, 17 mil, é mais que o dobro daqueles registrados no fim de março, 7,5 mil. “A epidemia avança muito rápido. Temos de freá-la agora, antes que o sistema de saúde fique sobrecarregado”, afirmou Didier Lallement, chefe da polícia de Paris. A prefeita Anne Hidalgo acrescentou: “Entramos em uma nova fase e precisamos trabalhar todos juntos”.

A taxa de incidência do vírus na capital francesa chegou a 260 em cada 100 mil habitantes. Entre os maiores de 65 anos, alcançou 110 casos, acima do limite

Apenas 10% da população mundial teve contato com o vírus, alerta a OMS, e o planeta continua sob risco



de 100 estabelecido como aceitável pelo governo. A ocupação de leitos na UTI bateu em 36%, também superior ao percentual de 30% que serve de parâmetro.

Em Madri, as medidas determinadas pelo governo central foram ainda mais radicais. A circulação pelas nove cidades da metrópole está bloqueada por duas semanas. Não se pode entrar ou sair, a não ser em casos urgentes e justificados. Bares e restaurantes fecharão mais cedo e terão de funcionar com metade da capacidade atual e há a recomendação para os moradores só deixarem suas residências em situações excepcionais. Nos bairros mais pobres, onde as taxas subiram acima da média, as restrições são maiores. A capital espanhola e seu entorno têm, segundo a Organização Mundial da Saúde, os piores

TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 38

The Observer. Os eleitores de Trump desconfiam até da doença do presidente



Recuo. Os bares em Paris foram fechados, Madri teve de aceitar outro lockdown, Nova York hesita

índices de contaminação da Europa: 850 casos por 100 mil habitantes.

O lockdown gerou uma nova crise política no país. Isabel Díaz Ayuso, que administra a região de Madri e faz oposição ao governo socialista de Pedro Sánchez, entrou com um recurso na Justiça para derubar as restrições. Segundo ela, as medidas vão causar prejuízo semanal de 750 milhões de euros, cerca de 5 bilhões de reais, sem resolver o problema. “Será possível ir de Berlim a Madri, mas não a Parla (cidade ao sul da capital). Obrigada pelo caos, Pedro Sánchez.” O primeiro-ministro rebateu: “Todas as decisões são tomadas com base em critérios de cientistas”.

Em Nova York, o prefeito Andrew Cuomo analisa a adoção de novo isolamento social na cidade. Por enquanto, Cuomo, um ferrenho crítico de Donald

Trump e do negacionismo, preferiu adotar restrições localizadas. As escolas e os serviços não essenciais do Brooklyn, Queens e Bronx, “pontos sensíveis” da Covid-19, ficarão fechados até uma melhora nos níveis de contágio. A exemplo de Paris, as aglomerações com mais de dez indivíduos também estão proibidas. “Não vou recomendar ou permitir que qualquer família da cidade mande seu filho a uma escola para a qual eu não mandaria os meus”, justificou o prefeito. Quase 24 mil nova-iorquinos perderam a vida em nove meses.

As decisões de Paris, Madri e Nova York mostram que o combate à pandemia ainda está longe do fim. Não se trata exatamente de uma segunda onda, mas dos efeitos prolongados da primeira e de

uma constatação simples: sem distanciamento social, higiene e uso de máscaras, a contaminação explode. Segundo um levantamento da OMS, apenas 10% da população mundial foi atingida pelo coronavírus e a expansão da doença não está controlada. “O mundo continua sob risco”, declarou Mike Ryan, diretor de operações da organização. “Temos os instrumentos e conhecimento para lidar com a situação, mas o futuro depende de como escolhemos usá-los.”

Ryan lamenta a falta de uma articulação global para enfrentar o vírus. Os países, ressalta, preferiram tratar internamente o problema e nem todos enfrentaram a doença com responsabilidade. O consórcio global de desenvolvimento de uma vacina, ressalta, precisa de mais 34 bilhões de dólares para avançar nas pesquisas e testes, 1% do valor destinado pelas nações aos pacotes nacionais de resgate das economias. “Acusar uns aos outros não vai salvar vidas. O que salva é solidariedade e união.” O total de mortes causadas pelo vírus passa de 1 milhão no planeta. Três países, Estados Unidos, Brasil e Índia, concentram metade dos óbitos. Não por acaso. •

Na Trumplândia, é só uma gripezinha

TheObserver O republicano foi infectado pela Covid-19? E daí?, perguntam seus eleitores mais fanáticos. Entre outras

POR CHRIS MCGREAL, DE ST. JOSEPH, MISSOURI

Sean Patterson não está preocupado com o fato de Donald Trump ter sido hospitalizado com coronavírus porque acredita no que o presidente diz. “É uma farsa. Não há pandemia. Como disse Trump, quantos milhões morrem de gripe?”, justificou o motorista de caminhão de 56 anos do lado de fora da estação de votação em St. Joseph, Missouri, um reduto do presidente.

Patterson faz então uma pausa e contempla a possibilidade de que Trump realmente tenha Covid-19. “Se ele estiver doente, eles plantaram quando o testaram. É o que eles fizeram comigo quando fui para o hospital, porque meu coração batia muito rápido. Duas semanas depois, peguei um resfriado”, afirma. “É político. Eu não confio no governo dos Estados Unidos. Quem são eles para exigir a segurança pessoal? Eu escuto Trump.”

No fim de uma semana tumultuada, mesmo para os padrões de uma das presidências mais turbulentas dos tempos modernos, a notícia perturbadora, se não totalmente imprevisível, de que o presidente havia contraído o coronavírus gerou alarme, confusão e *schadenfreude* (alegria maliciosa) no coração da “Trumpland”.

St. Joseph, uma antiga cidade

fronteira onde o fora da lei Jesse James encontrou seu fim sangrento, votou esmagadoramente no presidente há quatro anos. As pesquisas dizem que o Missouri seguirá seu caminho novamente no mês que vem. Mas com Trump a lutar em estados decisivos, a notícia de que ele adoeceu sacudiu uma eleição prejudicada dias antes pelo debate presidencial mais indigno da história. As interrupções e interrupções persistentes de Trump, incluindo zombar de Biden por usar máscara em outras situações, testaram a fé de mais do que alguns de seus apoiadores. Agora, ter sido infectado pelo coronavírus levantou mais dúvidas depois de o republicano solapar repetidamente os conselhos médicos, quando o número de mortos na pandemia nos EUA passou de 200 mil.

Sua família desafiou abertamente os regulamentos que exigiam máscaras no

“Se ele estiver doente, plantaram quando o testaram”, desconfia o caminhoneiro Sean Patterson

debate. O presidente compareceu a um comício eleitoral em Wisconsin no dia seguinte e não usou. Vários de seus funcionários, incluída a conselheira Hope Hicks e a ex-assessora Kellyanne Conway, também tiveram resultado positivo no teste.

Até mesmo alguns apoiadores se desesperaram com sua atitude arrogante em relação à pandemia e sua capacidade de transformar uma emergência médica em uma luta política e um teste de lealdade. “Concordei com o presidente que era errado fechar o país por causa do coronavírus”, afirma Karen White, gerente de escritório que votou nele em 2016. “O dano à nossa economia foi muito grande. Mas ele errou ao questionar as máscaras. Eu gostaria que ele não tivesse feito isso. Ele piorou as coisas e agora eu me pergunto se ele teria mesmo feito isso se tivesse apenas ouvido o que seus próprios conselheiros diziam.”

Outros foram mais otimistas. “Não me preocupa que ele esteja infectado porque não estou surpreso”, disse Martin Rucker, um funcionário público afro-americano de 63 anos a caminho de votar no tribunal do condado no centro de St. Joseph. “Ele não tomou precauções para parar de pegar e agora ele tem. Era previsível.”

Alguns dos mais afeitos a teorias conspiratórias estavam, como Patterson, desconfiados de que o presidente realmente tivesse coronavírus, mas por razões diferentes. “Quando soube pela primeira vez, me perguntei se ele inventou isso para sair do próximo debate ou ganhar simpatia”, diz Amy Grant, uma trabalhadora de uma loja de 26 anos. “Antes, seria impossível pensar que um presidente compensaria ficar doente, mas agora tudo parece possível. Provavelmente não, mas não tenho certeza.”

Alguns democratas temiam a possibilidade de Trump morrer ou ser forçado a deixar a disputa porque veem o presidente



O presidente ficou quatro dias internado...



... E seus eleitores continuam a duvidar da pandemia

como a melhor esperança de eleição de Biden. Sem Trump, um candidato republicano mais comedido e razoável poderia ser um desafio mais forte ao ex-vice de Obama, um ativista sem brilho que provavelmente não estaria tão à frente nas pesquisas se não fosse pela pandemia.

Outros críticos do presidente em particular desejaram mal a Trump, dizendo que ele tem muito sangue nas mãos por brincar de política com a pandemia e encorajar governadores republicanos, com o poder de impor distanciamento social e mascarar ordens, a fazer o mesmo, apesar de o vírus ter devastado o Meio-Oeste.

Trump deu o tom para o governador do Missouri, Mike Parson, que resistiu a tornar as máscaras obrigatórias em espaços públicos, alegando que o governo não deveria dizer à população o que fazer. Parson recusou-se a usar uma nas lojas, pois, afirmou, “havia muitas informações de ambos os lados” sobre se elas são realmente eficazes. O governador testou positivo para coronavírus no

fim do mês passado e está em quarentena.

O coronavírus pode muito bem custar a Trump a eleição, pois seu apoio vacilou nos últimos meses, mas alguns dos que permaneceram com ele até hoje não estão prontos para abandoná-lo agora que ele está doente. “Vou votar nele novamente”, disse White. “Ainda acho que ele é melhor para o país. Se Biden se tornar presidente, estará sob o controle dos socialistas.”

Patterson também permanecerá leal, embora, enquanto defende Trump no coronavírus, tenha ficado horrorizado com o debate presidencial. “É uma grande vergonha ao que nos reduzimos. Foi-se o tempo em que dois homens podiam ter um debate civilizado sobre suas políticas”, disse ele.

A campanha do candidato democrata disse que suspenderá os anúncios de ataque a Trump depois que ele foi levado ao Walter Reed Medical Center. Jan, uma contadora que se recusou a fornecer seu sobrenome, gostaria de pensar que a maneira como Trump lidou com a

pandemia e o que ela chamou de seu comportamento infantil no debate vão custar-lhe o poder.

“Trump acha que é melhor do que todo mundo. Era uma questão de tempo antes que ele pegasse o coronavírus. Ele não acredita em máscaras e não entende a função das máscaras”, disse. “Mas acho que ele pode ganhar de novo. Há muitos estúpidos neste país. Talvez eles queiram um déspota para governá-los.”

Rucker, o funcionário público, disse que o comportamento de Trump no debate chocou muitos norte-americanos, mas ele duvida que tenha qualquer impacto real nas eleições. “Foi muito pouco profissional, mas, novamente, não estou surpreso.”

Ele não está preocupado, entretanto. O tratamento de Trump com o coronavírus, acredita, o fará perder a eleição e que, mesmo se ele se recusar a aceitar a derrota e tentar incitar a violência, não vai a lugar nenhum. “Não acho que ele vai ganhar de novo. Ele é tão divisivo. Eu acredito que os EUA vão durar.” •

A elegância do samba

ENTREVISTA Aos 87 anos, o compositor Monarco comemora o cinquentenário da Velha Guarda da Portela

A PEDRO ALEXANDRE SANCHES

Aos 87 anos, o sambista carioca Monarco assistiu pela internet ao show de comemoração dos 50 anos do grupo musical Velha Guarda da Portela, no sábado 3 de outubro. O motivo principal da ausência do líder mais destacado entre os antigos da Portela é o coronavírus, que o deixa triste e inconformado. “Eu estou muito chateado com isso. Acabou a minha alegria”, afirma, em entrevista por telefone em que demonstra lucidez, prosa, memória e vozeirão. Sempre que fala de um samba, Monarco ilustra a prosa cantando alguns de seus trechos, com toda potência.

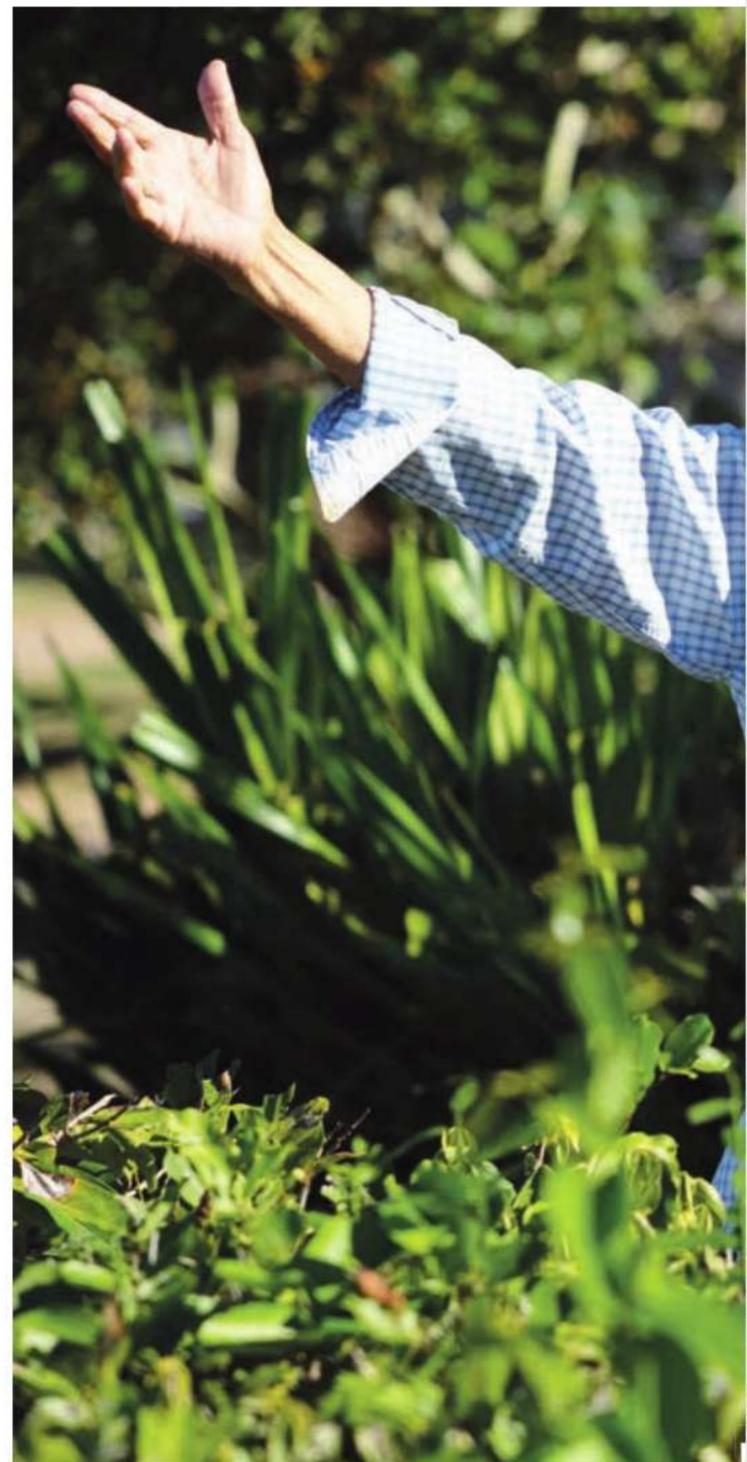
Quem teve a ideia de reunir num grupo os integrantes da ala veterana da Portela foi o então jovem Paulinho da Viola, que em 1970 produziu o disco *Portela Passado de Glória*. O título era retirado da canção de Monarco que encerrava o LP. Com 37 anos, ele era então caçula entre os portelenses veteranos que gravaram ali.

Nascido no bairro de Cavalcanti, na Zona Norte do Rio, Monarco fixou-se em 1946 em Oswaldo Cruz, também vizinho de Madureira, o bairro mais popular da região. Esse território desfruta do *status* de

berço do samba, pelos frutos musicais que incluem as escolas Portela, de Oswaldo Cruz, e Império Serrano, do Morro da Serrinha, berço também do jongo.

Mesmo vivendo em íntimo contato com a Portela, Monarco notabilizou-se como compositor de sambas de terreiro, e não de samba-enredo. A partir do sucesso da Velha Guarda, hoje rebatizada Velha Guarda Show, o ex-feirante passou a ser gravado pela geração de sambistas dos anos 1970, e fez grande sucesso com o samba *Tudo Menos Amor*, de 1973, gravado por Martinho da Vila. Seus versos elegantes fizeram sucesso nas vozes de Paulinho da Viola, Os Originais do Samba, Beth Carvalho, Clara Nunes, João Nogueira, Roberto Ribeiro e Eliana Pittman. A leva de sambistas

“A minha Portela eu nunca abandonei, nunca abandonarei. Só depois de morrer”



dos anos 1980 também o adotou: Fundo de Quintal, Jovelina Pérola Negra, Jorge Aragão, Grupo Raça, Arlindo Cruz e Zeca Pagodinho. Esse último começou a gravá-lo em 1987 e virou intérprete constante, com sucessos do samba como *Vai Vadiar*, de 1988 e *Coração em Desalinho* (2009). Na entrevista abaixo, Monarco refaz essa história com elegância.

CartaCapital: Quando um samba seu foi gravado pela primeira vez?

Monarco: Foi em 1957. Quem gravou foi Risadinha, que cantava na Rádio Nacional. Nessa parceria, a primeira parte é do Alvaiade, um compositor que já morreu, famoso, e eu era estreante, era

“Os pais de Angela foram os primeiros a se mudar para a colina. (...) Isso foi em 1948. Todos os vizinhos eram brancos. Outros negros foram morar na região, e já em 1949 a primeira bomba explodiu”

SYBILLE TITEUX DE LA CROIX E AMAZING AMEZIANE
(Em *Miss Davis - A vida e as lutas de Angela Davis*, Agir.)



Saudade. A pandemia afastou Monarco dos parceiros da Velha Guarda

garoto ainda. *Era Vida de Rainha*. Depois de 1957 fiquei sem gravar. Quando foi 1971, Paulinho da Viola gravou *Lenço*, uma parceria com Francisco Santana. Quando foi em 1973, Martinho gravou *Tudo Menos Amor* (canta): Tudo que quiseres te darei, ó, flor/ menos meu amor. Essa música estourou, aí todos os cantores pediam música. Gravei com Beth Carvalho, a cantora que mais me gravou na época, com Clara Nunes, João Nogueira, Roberto Ribeiro, até com Maria Creuza, que era da bossa nova. Depois veio o caçulinha, que é Zeca Pagodinho. Até hoje nunca fiquei fora de um disco dele. Eu não estudei muito, não. Pouco frequentei os bancos escolares. Lamento isso. Meu pai se separou da minha mãe e eu tive que trabalhar, depois desanimei de estudar à noite, acabei ficando sem estudar.

CC: Você entrou na Portela muito jovem, não?

M: Ah, entrei com 13 anos. Com 16 anos fiz *O Passado da Portela*. Daí fui fazendo para aquele pessoal da antiga, foram me procurar mostrando as primeiras partes para eu completar. Eu ia botando a segunda, depois levava para o terreiro, cantava, todo mundo gostava, e assim fui crescendo na Portela, juntamente com aqueles bambambans.

CC: Fazia sambas para o Carnaval?

M: Não, Carnaval não, sempre para meio de ano. Tem alguns sambas meus que tocaram no Carnaval, como *Coração em Desalinho* (2009), numa estrada dessa vida/ eu te conheci, ó, flor. Eu recebo direitos autorais por *Vai Vadiar*. Esses sambas ainda me dão dinheiro, tocam no Carnaval. Mas o meu forte não é o Carnaval, são aqueles sambas

Plural

de terreiro, de meio de ano. Eu nunca me animei muito, não.

CC: Numa época você chegou a deixar a Portela, não foi?

M: Não, não deixei, não. Nunca deixei a Portela. Eu ajudei uma escola de samba, Unidos do Jacarezinho. Conheci uma mulata e fui morar lá, namoramos. Peguei amizade lá e fiz alguns sambas-enredos para eles. Fiz um samba para a Unidos de Padre Miguel, que desfilava no grupo de acesso. Em 1965, eles desfilaram com um samba meu. No Jacarezinho ganhei uns três ou quatro sambas-enredos, me botaram até para ser presidente de honra. Mas a minha Portela eu nunca abandonei nem nunca abandonarei. Só depois de morrer.

CC: Qual é sua ligação com Madureira e Oswaldo Cruz?

M: Eu andava muito em Madureira, mas morei em Oswaldo Cruz, que é o berço da Portela. Muita gente às vezes ignora isso. Fala que foi em Madureira, mas a Portela nasceu em Oswaldo Cruz. Tanto que Noel Rosa, nos anos 1930, fez *Salve Estácio, Salgueiro, Mangueira, Oswaldo Cruz e Matriz*. Ele não fala Madureira e Matriz, é Oswaldo Cruz e Matriz. Madureira é um bairro populoso, simpático. Oswaldo Cruz é um bairrozinho humildezinho, não sei daquilo, está lá até hoje. Mas a verdade é que a Portela nasceu ali, e em todos os meus sambas eu falo isso (canta *Passado de Glória*): Se for falar da Portela/hoje não vou terminar/a Mangueira de Cartola, velhos tempos de apogeu/ o Estácio de Ismael/ dizendo que o samba era seu/ em Oswaldo Cruz, bem perto de Madureira. Olha aí, primeiro é Oswaldo Cruz.

CC: Você se tornou cantor com a Velha Guarda da Portela?

M: Foi. Eu não cantava, quem me animou para cantar foi Zé Ketí. Ele me chamou: “Monarco, você tem uma voz bonita, por que não canta?” Eu disse não,



Trocados. Monarco dava lustro no bilhar de Villa-Lobos e buscava charutos

mas fiquei com o que o Zé Ketí tinha falado na cabeça, aí passei a gravar minhas músicas. Tenho seis ou sete discos na minha discografia, fiz um disco no Japão.

CC: Como foi o encontro com Paulinho da Viola?

M: Foi aí que surgiu a Velha Guarda Show. O sonho do Paulinho era registrar aqueles sambas lindos que se faziam ali na Portela e por ali mesmo morriam. Cantavam nos ensaios, depois passava, não acontecia nada. O sonho do Paulinho se realizou quando ele foi a Oswaldo Cruz, na casa da Vicentina, e começou a garimpar as músicas. Nesse disco tinha Seu Caetano, Alcides Malandro Histórico, Casquinha, Francisco Santana, Alvaiade, Alberto Lonato, Ventura, Vicentina, que

“Não vou procurar sarna para me coçar conversando com gente sem máscara. Eu respeito esse isolamento”

era nossa única pastora (canta *Pagode do Vavá*, 1972, de Paulinho), provei do famoso feijão da Vicentina/ só quem é da Portela é que sabe que a coisa é divina.

CC: Antes de gravar você teve outras profissões?

M: Vendi peixe na feira. Trabalhei no Sesi. Trabalhei na ABI, a Associação Brasileira de Imprensa. Escovei mesa para o Villa-Lobos jogar bilhar, ele gostava. Ele não jogava sinuca, não, jogava bilhar. Quando eram 17, 17h30, ele chegava com aquela careca dele, man-

dava comprar charuto Havana. Villa-Lobos era um homem importante da música brasileira, eu escovava a mesa dele, cobria com aquele plástico. Ele tinha um taco dele já guardadinho. Tive o privilégio de ver ele assim de pertinho. Cheguei a cantar uma música lá, era uma plateia de ilustres: Nássara, Barão de Itararé lendo o jornal dele num canto, Abdias do Nascimento. Depois fui trabalhar na feira, vender peixe. Depois fui trabalhar no *Jornal do Brasil*. Foi o trabalho em que dei mais sorte, porque foi ali que Martinho me gravou e abriu-se um horizonte muito grande na minha vida. Aí comecei a fazer até um showzinho aqui e acolá.

CC: Como você está convivendo com o coronavírus?

M: Ah, eu estou muito chateado com isso. Ninguém esperava isso. Acabou a minha alegria. Eu andava por aí, ia na Portela, no Jacarezinho ver meu povo. Eu ia ali embaixo ver os cachaças, tomava meu cafezinho, conversava, batia papo. Tudo isso acabou. Agora fico só em casa. Tem hora que fico aqui sozinho, rapaz, fico triste. Mas peço força a Deus, porque Deus me livre cair numa depressão dessas aí. Graças a Deus, eu não tive isso, não vou procurar sarna para me coçar parando em botequim, conversando com gente sem máscara. Eu respeito esse isolamento. •

As milícias no poder

LIVRO O jornalista Bruno Paes Manso mostra como os paramilitares ocuparam o poder no Rio de Janeiro e abriram espaço para a ascensão do bolsonarismo

POR EDUARDO NUNOMURA

Em 1998, o repórter Bruno Paes Manso entrevistou matadores para que eles contassem por que praticavam chacinas em São Paulo. A reportagem para a revista *Veja* ficou engavetada por um bom tempo e, anos depois, em 2005, virou o livro-reportagem *O Homem X* (Record), vencedor do Prêmio Jabuti. Aquela experiência transformou para sempre a vida do jornalista, que se tornou referência em segurança pública. Paes Manso é hoje cientista político, integra o Núcleo de Estudos de Violência na Universidade de São Paulo e acaba de publicar seu terceiro livro, *A República das Milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*.

A obra é mais um esforço de investigação jornalística desse paulista que decidiu conhecer de perto a realidade da violência no Rio de Janeiro. Sem vícios na cobertura jornalística do crime ou da corrompida segurança pública do estado fluminense,

Paes Manso foca no poder paralelo. As milícias inseriram-se entre o tráfico de drogas e as forças policiais diante de um Estado incapaz de enfrentar a criminalidade e a corrupção nas suas corporações. A obra é, novamente, uma reportagem de fôlego, com o jornalista entrevistando, pessoalmente, milicianos, bicheiros, policiais, ativistas de direitos humanos e políticos.

Com olhar analítico e historiográfico, *A República das Milícias* relembra os esquadrões da morte, a ascensão do tráfico de drogas e a ditadura até chegar nos

ex-policiais que decidiram se tornar criminosos. Os milicianos passaram a controlar serviços de mototáxi, o “gatonet” e o fornecimento de água, gás e cestas básicas. Sob pretexto de proteger a população, cometiam roubos de armas, extorsões, estelionatos e cobravam “taxa de segurança”. Com a conivência das autoridades, um poder paralelo instaurou-se dentro da máquina do Estado.

O livro relembra a proximidade de Jair Bolsonaro e seus filhos com personagens como o capitão Adriano de Nóbrega, o subtenente Ronnie Lessa, acusado de assassinar a vereadora Marielle Franco, e o sargento Fabrício Queiroz, todos envolvidos com o poder miliciano. Em esquemas que juntavam caça-níqueis, jogo do bicho e assassinatos por encomenda, emergiram nomes como Marcos Falcon, subtenente que chegou a presidente da escola de samba Portela e foi morto quando tentava entrar na política.

Para o autor, Bolsonaro chegou ao poder porque “parte dos brasileiros foi seduzida pela ideia de uma violência redentora” que floresceu nas comunidades fluminenses. “Como se o País decidisse abandonar suas instituições democráticas para se tornar uma enorme Rio das Pedras gerida por princípios milicianos”, escreve. Há dois anos, Paes Manso publicou com a socióloga Camila Nunes Dias o livro *A Guerra*, sobre a ascensão do PCC. Como se não fosse trágico viver sob a ameaça de homicidas ou de traficantes, a tragédia brasileira agora atende pelo nome de milícias. •



Paes Manso aprofunda a apuração dos tempos de repórter



A REPÚBLICA DAS MILÍCIAS: DOS ESQUADRÕES DA MORTE À ERA BOLSONARO.

De Bruno Paes Manso. Todavia, 304 págs., 55 reais.

Diálogos Capitais

Webinar Saúde

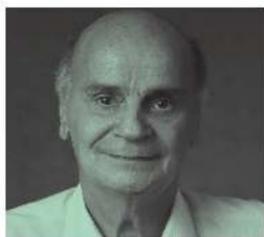
**Coronavírus,
entre a cura
e a imunidade**

Convidamos alguns dos principais especialistas do País para falar sobre os tratamentos disponíveis para a Covid-19, o atual estágio do desenvolvimento de vacinas e o papel do SUS no enfrentamento da pandemia

Dia 14/10, 16h

**SUS: entre o reconhecimento
e o desmonte**

Palestrantes convidados:



Drauzio Varella
Oncologista
e colunista de
CartaCapital



Alexandre Padilha
Infectologista,
deputado federal
(PT-SP) e
ex-ministro
da Saúde.



Marcos Boulos
Infectologista,
professor da Faculdade
de Medicina da USP
e integrante do Centro
de Contingenciamento
do Coronavírus
em São Paulo



Arthur Chioro
Professor
do Departamento
de Medicina
Preventiva
da Unifesp e
ex-ministro da
Saúde

A transmissão dos Webinars será em nosso canal do YouTube

YouTube.com/CartaCapital



QI

Afonsinho: perdemos Silva, o Batuta, artilheiro de tantas glórias **48**

Saúde: por que os laboratórios abandonaram os antibióticos? **49**



O subversivo do momento

Entenda a obra de Domenico Losurdo, o “stalinista”, segundo certos “liberais” brasileiros

POR JONES MANOEL*

Nas últimas semanas, o nome do filósofo italiano Domenico Losurdo, morto em 2018, é presença constante nas mídias e no debate brasileiro. Uma pesquisa no Google Trends mostra que, tomando como base de comparação setembro de 2019 e o mesmo mês deste ano, o nome do filósofo cresceu mais de 100% nas buscas. O interesse pela obra do comunista italiano explodiu quando o músico Caetano Veloso, no programa de Pedro Bial, na Rede Globo, comentou, após ver um trecho do seu filme (*Narciso em Férias*), que não é mais tão “liberaloi-de” e que fez uma reavaliação do liberalismo e das experiências socialistas passadas (segundo Caetano, hoje ele as “respeita”) e citou como responsável por essa mudança de perspectiva as obras de Losurdo indicadas por mim (assim como os vídeos do meu canal no YouTube e o livro *Revolução Africana: Uma antologia do pensamento marxista*). Mas quem é esse filósofo que mudou a cabeça da Caetano?

Losurdo doutorou-se em filosofia com uma tese sobre a obra de Karl Rosenkranz. Passou os primeiros anos de sua carreira acadêmica tendo como foco de estudos a filosofia alemã e seus grandes pensadores, em paralelo à sua militância no movimento comunista da Itália. Com a crise da União Soviética e do “campo socialista”, o marxismo no mundo todo entrou em uma profunda crise. Na Itália, a situação era particularmente grave, devido ao fato de a cultura e a política do país terem uma influência gigantesca do Partido Comunista Italiano, a maior organização do tipo no Ocidente e crítica da União Soviética, dissolvido em 1991. Os comunistas italianos viviam duas crises combinadas: o fim de várias experiências socialistas e de seu grande Partido Comunista.

Ao contrário de muitos que abandonaram o marxismo e aceitaram a tese do “fim da história”, Losurdo fez o caminho contrário. Sua obra passou a ter um



O liberalismo econômico, analisa Losurdo, não defende *a priori* a democracia e os direitos individuais

caráter mais acentuadamente político e de combate às produções hegemônicas. Em 1993, quando todos festejavam a “democracia liberal”, o filósofo lançou o livro *Democracia ou Bonapartismo: Triunfo e decadência do sufrágio universal*, uma crítica à democracia liberal sustentando a tese de que os elementos de soberania popular e liberdade, mais do que uma conquista do capitalismo, foram uma imposição do movimento operário e popular aos regimes constitucionais burgueses. Esse livro concedeu fama mundial ao pensador italiano.

A partir desse período, com intervenções cada vez mais constantes no debate público europeu e italiano e livros



publicados em mais de 15 idiomas, a obra de Domenico Losurdo passou a ter quatro vetores fundamentais: **1.** Crítica do liberalismo e combate à crença de que os liberais sempre estiveram na linha de frente das lutas democráticas e pela liberdade. **2.** Um novo balanço das experiências socialistas, com destaque para o legado da Revolução de Outubro. **3.** Crítica do colonialismo, neocolonialismo, imperialismo e racismo. **4.** Balanço da esquerda contemporânea, em especial do “marxismo ocidental”, e sua negligência em relação à questão colonial, nacional, luta contra a guerra e domesticação pelo neoliberalismo.



FDR PRESIDENTIAL LIBRARY E LIONEL CIRONNEAU/AP

O primeiro vetor da obra losurdiana é o mais comentado no Brasil. Losurdo mostra ser um erro, parte de uma história idealizada, considerar que o liberalismo é uma ideologia de defesa da liberdade, indivíduo e democracia. Na realidade, desde o seu nascimento, o liberalismo esteve conectado com a escravidão e o colonialismo – e, por consequência, com o racismo – e que os pensadores liberais, por séculos, defenderam a escravidão como parte intrínseca da liberdade: a liberdade dos proprietários. E não se trata de “hipocrisia” ou a diferença entre ideias puras e a prática, mas uma contradição objetiva do projeto político liberal que sempre

acolheu cláusulas de exclusão para trabalhadores, mulheres, negros, povos colonizados ou próximos de uma situação colonial no seu ideal de liberdade.

A crítica losurdiana ao liberalismo é algo que perpassa toda a sua obra, mas está condensada nos livros *Liberalismo. Entre a civilização e a barbárie*; *Contra-história do Liberalismo*; *A Luta de Classes: Uma história política e filosófica*. Diante das reflexões do italiano sobre a história do liberalismo, a maioria dos liberais brasileiros recorreu a um artifício pouco honroso: acusar o filósofo de “stalinismo”. De fato, Losurdo tem um livro sobre Joseph Stalin

Enganos. Losurdo escreveu um livro sobre Stalin, uma obra crítica, não uma apologia. E a história não acabou com a queda do Muro de Berlim em 1989

– *Stalin: Uma história crítica de uma lenda negra* –, mas a obra está longe de ser uma apologia do líder soviético. É uma história crítica, como diz o título, e um balanço sério e muito bem fundamentado do período stalinista na União Soviética.

Por fim, a obra do pensador comunista italiano é particularmente importante na conjuntura brasileira. Vivemos um governo desastroso, responsável por uma política irresponsável diante da maior pandemia das últimas décadas e que vitimou mais de 140 mil brasileiros. Este mesmo governo opera uma política criminosa contra a natureza, os biomas e os povos originários, produzindo um aumento avassalador nas queimadas e no desmatamento. Esse projeto, comandado por um líder com tendências autoritárias, foi apoiado em 2018 por ampla parcela dos liberais brasileiros e, até hoje, para muitos, a justificativa para apoiar o bolsonarismo é a política econômica ultraliberal de Paulo Guedes.

Além disso, a submissão do Brasil aos Estados Unidos só avança, assim como uma reativação da Doutrina Monroe em uma Guerra Fria 2.0 contra a China que potencializa o militarismo e os golpes de Estado em nosso continente – como os recentes acontecimentos na Bolívia. Diante desta situação, a obra de Losurdo, fazendo a crítica do imperialismo e do liberalismo e, a partir disso, recuperando a necessidade urgente de um projeto radical, revolucionário, de transformação, é profundamente atual. Ler Domenico Losurdo é parte do exercício de entender o Brasil. Entender para transformá-lo. •

*Historiador e professor, apresenta o Manual do Jones no canal do YouTube de CartaCapital

AFONSINHO



Silva, o batuta

► **Artilheiro, ambidestro, cabeceador destacado, mais tarde cobrador de faltas emérito. E personagem folclórico do futebol brasileiro**

Foi-se um companheiro que simboliza como poucos o jogador de futebol de um período característico, entre os anos 1960 e 1970. Na realidade, alcançou a melhor escola, quando aprovado, em 1955, no São Paulo de Zizinho, Dino, Gino, Maurinho e Canhoteiro.

Walter Machado Silva nunca abandonou o carregado sotaque paulistano da Liberdade onde nasceu, filho de pais mineiros. Além do lugar de nascimento, tivemos muitos pontos comuns e situações marcantes cada vez que nos encontrávamos. Silva protagonizou histórias hilariantes e próprias da necessidade daquele estágio do profissionalismo, que exigia perspicácia e “malandragem” para transitar nos meandros intrincados.

Sempre tive o Batuta como, na prática, o primeiro Passe Livre da história, o que não era comum àquela altura. Vejam sua trajetória: começou sendo emprestado ao Batatais (próxima a Brodowski, terra de Portinari), time contra o qual fiz minha estreia profissional, pelo XV de Jaú, com 15 anos. Nesse jogo, o Silva não estava, mas um “meia-esquerda” experiente cedido pelo Flamengo.

Do Batatais passou ao vizinho Botafogo de Ribeirão Preto. Sempre artilheiro, oportunista, ambidestro e cabeceador destacado, mais tarde cobrador de faltas emérito. Em seguida, chegou ao Corinthians. Agora “mosqueteiro”, ajudou o time a sair de um prolongado jejum e ser campeão.

Ídolo do clube, saiu anos mais tarde. No “Timão”, formou dupla que marcou época, com o sensacional Nei. O parceiro também se mudou depois para o Vasco.

Nesse meio de caminho, Silva Batuta treinou conosco em General Severiano, enquanto negociava a saída do São Paulo. Acertou com o Flamengo. Voou mais alto ainda, campeão do Quarto Centenário do Rio (65), também depois de jejum prolongado do clube. Muitas vezes fez a festa nas tardes de domingo dos rubro-negros.

Silva criou um verdadeiro personagem. Na elegância de suas subidas de cabeça, um medalhão de ouro (São Jorge?) saltava da camisa e brilhava intensamente. Nessa época, o time era dirigido por Armando Renganeschi e contava com o inesquecível Almir Pernambuquinho. Entre outros craques, o finíssimo Carlinhos, o violino que na verdade tocava era um belo violão.

Nas imagens transmitidas na comemoração do seu aniversário, em janeiro, entre muitos contemporâneos pude ver o Rodrigues, ponta-esquerda ofensivo, primeiro no Flamengo, depois no Cruzeiro. Foi meu companheiro na seleção de amadores que nos revelou no campeonato brasileiro vencido em 1965. Nessa época nos encontrávamos às segundas-feiras, o domingo dos jogadores, numa sauna de Copacabana, recuperando o desgaste dos jogos com o massagista Waldomiro, um craque que continuou a atender a família anos depois.

Nos carnavais, o encontro era no animado Bloco da Chuva, desfilando pelas ruas de Botafogo, atravessando o Túnel Velho até Copacabana, e voltando à base na Rua Real Grandeza, de sarongue. Só alegria.

Outros encontros felizes davam-se nos preparativos do Carnaval, nos ensaios das escolas de samba com companheiros de vários clubes. Na Mangueira eram carimbadas o Batuta, o Brito e o Alcir, meu capitão nos tempos de Vasco, titular da

Comissão de Frente da Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense.

No início de 1967, Silva foi contratado pelo Barcelona, tentativa do presidente catalão de forçar a abertura para os estrangeiros, naquele tempo impedidos na Espanha. Sua estreia foi contra o Botafogo em Caracas, onde se jogavam torneios internacionais com os melhores times e seleções da época.

Depois de 15 jogos e muitos gols, Batuta foi jogar no Santos, fazendo tabelinhas com Pelé e com o incrível Toninho Guerreiro. Tornou-se campeão paulista mais uma vez. Em 1968 retornou ao Flamengo, sendo recebido na estreia pela torcida toda cantando em delírio o sucesso *Voltei*, do Carnaval daquele ano. O jogo contra o Cruzeiro foi 5x1 para os cariocas.

Jogou depois no Racing da Argentina, poderoso campeão mundial em que “Machado da Silva” é ídolo até hoje, único brasileiro artilheiro do campeonato argentino. De volta ao Brasil, mais uma vez foi campeão em 1970 pelo Vasco, há muitos anos sem título. Deixou histórias memoráveis como a de esperteza ao lado do fabuloso presidente João Silva, o mais extraordinário dirigente que conheci.

O incansável Batuta, além de ter disputado a Copa de 1966 pela Seleção Brasileira, jogou no Atlético Jr. (Colômbia), Rio Negro de Manaus e Tiquire Flores (Venezuela).

Ainda não acabou. Formou-se em Direito, que não exerceu, passou pela LBA e seguiu a trabalhar no Flamengo. As histórias são infindáveis, a vitória maior é a família espetacular. Marta, a companheira, talentosa cantora de memoráveis shows no Olímpico de Copacabana, a filha campeã no atletismo e os filhos craques no futebol e na vida.

P.S.: Muito mais no livro *Silva, o Batuta*, de Marcelo Schwob. •

redacao@cartacapital.com.br

DRAUZIO VARELLA

O paradoxo dos antibióticos

► Os grandes laboratórios alegam custos elevados para abandonar o desenvolvimento de remédios cada vez mais essenciais

Os antibióticos revolucionaram a medicina do século XX. Paradoxalmente, as companhias farmacêuticas, que obtiveram grandes lucros com a comercialização deles, abandonaram as pesquisas de novos produtos. Na edição de agosto, a revista *Nature* discute as razões pela falta de interesse em pesquisa e desenvolvimento dessas drogas cada vez mais essenciais, num mundo em que cerca de 700 mil indivíduos morrem anualmente infectadas por bactérias resistentes. No artigo é citado o exemplo da Paratek, pequena farmacêutica que está com a sobrevivência ameaçada, apesar de ter lançado, em 2019, um antibiótico (omadaciclina) contra enterobactérias resistentes.

As grandes companhias que se retiraram da área alegam que os preços praticados no mercado são incompatíveis com os investimentos necessários. Como consequência, a tarefa ficou por conta de pequenas empresas de biotecnologia, dependentes de financiamentos nem sempre disponíveis. Nos últimos dois anos, quatro dessas companhias foram à falência, depois de investir uma década em pesquisas, retirando de circulação ou reduzindo muito a disponibilidade de cinco dos 15 antibióticos aprovados pela FDA desde 2010.



Comercializar um novo antibiótico é tarefa complexa. Segundo a OMS, apenas 14% dos que chegam a entrar na fase 1 de estudos clínicos têm chance de ser aprovados pelas agências reguladoras. Os economistas estimam em 1,4 bilhão de dólares os custos envolvidos até a aprovação, que ainda devem ser acrescidos de dezenas de milhões para *marketing* e supervisão. As gigantes Merck e Eli Lilly, que produziram antibióticos na segunda metade do século passado, distribuíam esses custos entre outras divisões da companhia, recurso de que as pequenas empresas de hoje não dispõem.

Apesar de aprovada para combater pneumonias e infecções de pele por bactérias resistentes, a omadaciclina (bem como outros antibióticos) é pouco atraente aos investidores, por diversas razões.

“Nada na Biologia faz sentido, exceto à luz da evolução”

THEODOSIUS DOBZHANSKY

A primeira é a resistência bacteriana que começa a aparecer com a utilização do medicamento, característica que limita a sua vida útil. A segunda é a duração da antibioticoterapia, geralmente medida em dias ou semanas, no máximo. A terceira é a dimensão do mercado. O Centers for Disease Control and Prevention calcula que ocorram 2,8 milhões de infecções anuais por bactérias resistentes, nos Estados Unidos, número bem menor do que os 7,4 milhões de norte-americanos com diabetes, que fazem uso diário de insulina por anos.

Os especialistas estimam que, para se tornar viável, um antibiótico deve atingir vendas de 300 milhões de dólares anuais, no mínimo. Assim, o mercado inteiro para enterobactérias resistentes renderia, no máximo, 290 milhões por ano, orçamento que daria suporte a apenas um antibiótico novo contra esses germes causadores de tantas mortes pelo mundo.

As bactérias tornam-se a cada dia mais resistentes. No decorrer do século XXI, corremos o risco de voltar ao tempo em que assistíamos às mortes por infecção, sem medicamentos para impedir o desenlace. •

VENES





Leitores CartaCapital têm desconto em todos planos de assinatura, use o cupom **LEITORCARTA** no site da Panaceia

ACESSE E CONHEÇA:

www.panaceiaclub.com.br

   @panaceiaclub

o curador da edição 33 é

**SILVIO
ALMEIDA**





DIGA

NÃO

À

MP

995

APONTE A CÂMERA DO
SEU CELULAR PARA O
QR CODE E VEJA COMO A
MP 995 PODE FATIAR E
ACABAR COM O MAIOR
BANCO PÚBLICO DO
BRASIL



**PRECISAMOS MANTER A
CAIXA 100% PÚBLICA
DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO**



COMITÊ NACIONAL
EM DEFESA DA CAIXA